



**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**VIVIANE CORRÊA**

**SAN TIAGO DANTAS E A POLÍTICA EXTERNA “INDEPENDENTE”  
(1961-1962)**



**CURITIBA**

**2017**

**VIVIANE CORRÊA**

**SAN TIAGO DANTAS E A POLÍTICA EXTERNA “INDEPENDENTE”  
(1961-1962)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes – FCHLA, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Pedro Leão da Costa Neto

**CURITIBA  
2017**

Dedico este trabalho á Alane Iara Ribeiro, Viviane Maria Zeni e minha família.

Quero dedicar em primeiro lugar um agradecimento especial ao meu professor orientador Pedro Leão da Costa Neto pelo carinho, pelas incontáveis horas de orientação e principalmente pela paciência. Paciência para entender minhas dificuldades, perceber meus receios, suportar com um sorriso as minhas inseguranças e ainda sim, continuar me incentivando a seguir em frente, a acreditar em meu trabalho.

Também quero agradecer a professora Viviane Maria Zeni, além de ter sido minha professora é acima de tudo uma amiga. No ambiente acadêmico aprendi muito com ela: a ser apaixonada pelo que faz, ser dedicada, sempre estudar e fazer o melhor, a procurar sempre aprofundar conhecimentos e olhar para o novo de alma aberta. Como amiga, aprendi o significado de lealdade, carinho e compreensão. Sem o apoio desta professora com certeza eu não estaria hoje concluindo esta etapa.

Agradeço a todos os meus professores de curso, em especial aos professores Vera Irene Jurkevics, Osvaldo Luiz Meza Siqueira e Pedro Oscar Valandro, pelos ensinamentos, cobranças e por me proporcionar enxergar o curso e a vida com outros olhos.

Também agradeço ao professor desta matéria, André Luiz Siqueira, pelas suas observações pertinentes e aulas encorajadoras, porque sim, para mim muitas das suas palavras me ajudaram a terminar meu trabalho.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer meus queridos amigos de curso Edson Rodrigo de Souza e Diogo Martins. Entramos no curso sem saber muito bem o que era história, o que almejávamos ao cursar esta faculdade, e crescemos e aprendemos juntos a pensar a História, além de, o melhor, termos construído uma grande amizade.

Em especial quero agradecer a minha amiga Alane Iara Ribeiro, pelas milhares de horas de estudos juntas dentro e fora da Universidade Tuiuti, pelos trabalhos realizados em parceria, pelos puxões de orelha, pela amizade, pelo carinho, por me permitir fazer parte da sua vida e por me ajudar a ser uma pessoa melhor.

Quero registrar também meu carinhoso agradecimento a minha companheira de estudos nesse semestre: Nathielly Costa Seidler Timm. Sua companhia foi de imenso valor para que eu conseguisse manter o foco na conclusão do meu trabalho,

seus conselhos foram valiosos e sua amizade um bálsamo em meio as atribuições do dia-a-dia acadêmico.

Por fim quero agradecer especialmente aos meus pais - Claudionor Assunção Corrêa e Maria Helena Ricardo - e ao meu filho Guilherme Krill. Sem eles eu não teria entrado na faculdade, sem eles eu não teria terminado este curso. Foi porque eles me apoiaram e estiveram comigo em todos os momentos que eu estou aqui hoje. A minha família o meu mais profundo amor e gratidão.

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar papel de San Tiago Dantas como articulador e teórico da política externa independente entre os anos de 1961-1962, em que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Para responder a esta indagação foi utilizado como apoio teórico os estudos da corrente gramsciana sobre hegemonia e relações internacionais. O trabalho foi dividido em dois capítulos sendo o primeiro dedicado a examinar as relações internacionais e o contexto nacional entre 1930 a 1961. No segundo capítulo é realizada a análise do teórico San Tiago Dantas e do papel desempenhado por ele frente ao Ministério das Relações Exteriores. Apesar de ter permanecido um curto período a frente da chancelaria, San Tiago Dantas implementou a chamada política externa independente, que se pretendia livre de vinculações a blocos políticos externos em um período polarizado de Guerra Fria. Procurou-se verificar como San Tiago Dantas articulou a política externa as necessidades internas visando desenvolver o país social e economicamente e lançar o Brasil internacionalmente como um país estratégico nas decisões de âmbito mundial.

Palavras-chave: Política Externa Independente, Relações Internacionais, San Tiago Dantas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. O BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA .....</b>	<b>122</b>
1.1.RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL DE 1930 ATÉ 1950.....	122
1.2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O NOVO CENÁRIO NACIONAL DE 1950 A 1960.....	155
1.3. O BRASIL DE 1961 E A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE .....	233
<b>2. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE .....</b>	<b>300</b>
2.1 A CONSTRUÇÃO DO TEÓRICO DE SAN TIAGO DANTAS.....	300
2.2. SAN TIAGO DANTAS: O SISTEMATIZADOR DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE .....	388
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>522</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>533</b>

## INTRODUÇÃO

Desde a década de 1930, com a instalação de uma nova ordem política e econômica no Brasil – conhecida como a revolução de 30 e fruto da grave crise mundial que afetou grande parte do globo – foram empregadas medidas políticas e econômicas que objetivavam modernizar o país e aumentar sua importância no cenário mundial. Apesar dessas tentativas, o Brasil continuava até o início da década de 50 sendo um país ainda essencialmente agrícola e que priorizava a adoção de posições internacionais alinhadas as do seu principal parceiro econômico: os Estados Unidos.

Porém, a partir da década de 1950 foram introduzidas novas diretrizes políticas e econômicas que tinham como meta a adoção de uma política nacional desenvolvimentista, a fim de industrializar e modernizar o país, em meio a um cenário mundial que era palco de tensões polarizadas por duas potências mundiais: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Diante do contexto internacional da Guerra Fria, o Brasil procurou se posicionar internacionalmente como uma nação independente, para isso implementou uma série de diretrizes no Governo Jânio Quadros (1961-1961) que mais tarde foi desenvolvida e ficou conhecida como “Política Externa Independente” no governo de João Goulart (1961-1964), tendo como grande expoente San Tiago Dantas. Desta forma, este trabalho pretendeu analisar o papel de San Tiago Dantas como teórico da Política Externa Independente entre os anos de 1961-1962.

Francisco Clementino de San Tiago Dantas teve destacada atuação política no Brasil entre os anos de 1955 a 1964, ano de sua morte, mas, desde muito antes de adentrar ao cenário político já era figura de destaque nacional. Desempenhou múltiplos ofícios entre eles o de jurista, advogado, empresário e professor, além de ter sido designado como delegado e conselheiro representando o Brasil em diversas conferências e reuniões internacionais. Em 1955 filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro e ajudou na construção da formulação teórica do partido, além de ter atuado como deputado e Ministro das Relações Exteriores no Governo de João Goulart entre os anos de 1961-1962, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento da Política Externa Independente implementada por Jânio Quadros no início da década de 1960.



Devido à relevância deste personagem político e de suas contribuições para a Política Externa brasileira faz-se importante o estudo deste tema. Para isso foram utilizados dois livros como fontes principais para o desenvolvimento deste texto: *Política Externa Independente*<sup>1</sup>, escrito por San Tiago Dantas em 1962, e a coletânea *San Tiago Dantas - Coletânea de textos sobre Política Externa*<sup>2</sup>, organizado por Renato Lessa e Cristina Buarque de Holanda.

A obra *Política Externa Independente* foi escrita por San Tiago Dantas originalmente em 1962 após ter deixado do Ministério das Relações Exteriores e é composta por uma seleção de discursos, comunicados e declarações que abrangem o período em que atuou como chanceler. O livro foi reeditado posteriormente em 2011, sendo que sua edição atualizada compõe além do texto original, outros cinco textos de diversos autores que buscam refletir sobre a figura de San Tiago Dantas e sua atuação enquanto Ministro.

Já a obra *San Tiago Dantas - coletânea de textos sobre Política Externa* foi organizada por Renato Lessa e Cristina Buarque de Holanda. Publicado em 2009, este livro reuniu os diversos pronunciamentos, discursos entrevistas de San Tiago Dantas a respeito da política externa e as relações internacionais entre 1955 e 1964. Para melhor organização, foi dividido em três partes: a primeira parte traz alguns discursos e entrevistas proferidos por San Tiago Dantas antes de assumir a chancelaria em 1961. A segunda parte da obra reúne textos, entre eles, discursos, manuscritos e programa de governo do período em que San Tiago Dantas assumiu a chancelaria. Na terceira e última parte, os organizadores buscaram reunir materiais deste autor escritos após a chancelaria até o ano de 1964.

Diversos autores se interessaram pela temática da política externa e foram utilizados como apoio para a construção do texto monográfico, entre eles podemos citar Paulo Fagundes Vizontini e o artigo “O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases”<sup>3</sup>, este texto realiza uma reflexão a cerca da política externa brasileira desde o período colonial até o final do século XX. Ainda sobre esta temática, mas de forma mais detalhada o livro de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno “História da

---

<sup>1</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

<sup>2</sup> LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre a política externa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>3</sup> VIZENTINI, Paulo G Fagundes. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20, n. 1, p. 134-154, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>> Acesso em: 01 out. 2016.

Política Externa do Brasil”<sup>4</sup> traça um panorama detalhado da política externa brasileira dividida em três partes, buscando analisar além da conjuntura do período os acordos e posicionamentos brasileiros na área política e econômica frente ao exterior.

Fez-se necessário também o estudo da História do Brasil, tendo em vista que não é possível compreender a política externa de um país sem conhecer e analisar a estrutura interna então vigente que contribuiu para a adoção de posicionamentos e ações no âmbito internacional. Para isso foram utilizadas as obras “História de Brasil”<sup>5</sup> de Boris Fausto e “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”<sup>6</sup> de Thomas Skidmore, entre outras. Esses textos traçam um panorama amplo do cenário político, econômico e cultural do país no período estudado.

Durante o trabalho monográfico foi utilizado como contribuição teórica os estudos da corrente gramsciana sobre hegemonia e relações internacionais. A caracterização da hegemonia pode ser descrita como a proeminência ou domínio de uma determinada classe social sobre outras, exercido através do consenso, sendo que se manifesta a partir predomínio político, econômico e cultural de um determinado grupo dirigente.

A análise das relações entre países também é possível através da ótica da hegemonia, já que o maior ou menor grau de hegemonia interna garante que o Estado possua condições propícias para garantir a sua expansão além das fronteiras nacionais. Um país mais desenvolvido que possui uma hegemonia interna plenamente desenvolvida tende a difundir seus pressupostos ideológicos aos países menos desenvolvidos que foram incapazes de terem realizado uma revolução burguesa de maneira consequente. Os países periféricos incorporam diferentes elementos ideológicos e culturais das potências mundiais dominantes, sendo influenciados por eles. Porém estas relações de força entre os Estados não se apresentam de forma essencialmente harmônicas, aí também se destacam as relações de compromisso e consenso entre países hegemônicos e periféricos, onde

---

<sup>4</sup> CERVO, Clodoaldo, BUENO, Amado Luiz Cervo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992

<sup>5</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

<sup>6</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

muitas vezes os países hegemônicos abrem mão de benefícios de curto prazo visando ganhos a longo prazo e a manutenção das relações de dominância.<sup>7</sup>

Para melhor organização do tema, o trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro serão abordados os antecedentes da Política Externa Independente (PEI) até a formulação da PEI no governo de Jânio Quadros. Procurou-se analisar a conjuntura política e econômica do Brasil dividindo-a em três subitens: de 1930 até 1950, compreendendo nessa primeiro trecho uma breve análise sobre as novas diretrizes implantadas pelo governo de Getúlio Vargas em suas diferentes fases que pretenderam desenvolver e modernizar o país, através da substituição da estrutura predominantemente agrária para uma nação industrializada.

No segundo subitem procurou-se avaliar a continuidade desse processo de desenvolvimento nacional entre os anos de 1950 e 1960, abrangendo os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, onde verificou-se a ascensão do modelo nacional desenvolvimentista em meio ao cenário da Guerra Fria que dividia a maior parte do mundo em dois blocos distintos. Observou-se a crise financeira pelo qual o país passava e os mecanismos empregados pelos governos para assumir posturas que possibilitassem a superação da crise, além da busca de fundos do capital internacional. Por fim, no terceiro subitem foi tratada a situação nacional sob o comando do presidente Jânio Quadros e a elaboração de uma nova política externa de cunho independente, formulada como uma resposta aos problemas internos e que buscava diversificar o horizonte econômico e a importância do Brasil no cenário Internacional.

Já o segundo capítulo discutiu o papel desempenhado por San Tiago Dantas como principal teórico e articulador da Política Externa Independente no período em que esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores, entre setembro de 1961 e junho de 1962. Este capítulo foi dividido em dois subitens: o primeiro tratou da figura de San Tiago Dantas, procurando resgatar e analisar sua trajetória de vida e política, com intuito de apreender a evolução de seu pensamento e suas opções políticas e como estas posições influenciaram suas decisões a frente do Ministério das

---

<sup>7</sup> Para uma análise mais detalhada da concepção gramsciana das relações internacionais, consultar: PANSARDI, MARCOS VINÍCIUS. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. *Crítica Marxista*, n 39, p. 77-93, 2017 e MORTON, Adam David Morton. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p45-62, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 mar 2017.

Relações Exteriores. Já o segundo sub item, San Tiago Dantas e a Política Externa Independente, tratou diretamente de analisar através de seus discursos e as ações e o estabelecimento da política externa independente e suas bases, avaliando a organização de uma política externa dialética e que buscou ampliar a influência do Brasil no cenário mundial.

## 1. O BRASIL E A POLÍTICA EXTERNA

### 1.1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL DE 1930 ATÉ 1950

Desde a década de 1930, com a instalação de uma nova ordem política e econômica no Brasil – conhecida como a revolução de 30<sup>8</sup> e fruto da grave crise mundial que afetou grande parte do globo – foram empregadas medidas políticas e econômicas que objetivavam modernizar o país e aumentar sua importância no cenário mundial.

O primeiro governo de Getúlio Vargas<sup>9</sup>, pós revolução de 1930, dividido em três fases sendo Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e por fim o Estado Novo (1937-1945), tinha como objetivo o desenvolvimento de áreas estratégicas necessárias à modernização do país como a energia e os transportes. O governo também frisou a necessidade do fortalecimento e reequipamento das Forças Armadas, tanto para defesa interna como para defesa de suas fronteiras, já que o cenário mundial pré-segunda Guerra Mundial representava uma ameaça global como um todo.

O Brasil almejava diminuir a dependência do mercado brasileiro em relação aos Estados Unidos, que, nesse período era o maior comprador do café brasileiro, então principal produto comercializado externamente pelo país, por isso, a política

---

<sup>8</sup> O cenário nacional no final da década de 1920 foi marcado pela crise mundial de 1929 que afetou seriamente o Brasil, naquela época país de economia essencialmente agrícola, tendo como principal produto comercializado o café. A crise econômica e política que afetava a grande maioria dos países do globo, colocou em debate os modelos políticos liberais vigentes de então, contribuindo para ascensão de ideologias de cunho autoritário. O cenário internacional contribuiu para que uma nova ordem política e econômica se instalasse no país, em resposta ao descontentamento de várias camadas da população, esta nova ordem ficou conhecida como a revolução de 30. O governo provisório foi instalado em 3 de novembro de 1930, com Getúlio Vargas como presidente. O novo Estado configurou-se muito diferente do modelo oligárquico anterior. A centralização das decisões se fez presente tanto na área política, quanto econômica e social. Buscou-se também promover o desenvolvimento da economia brasileira. (Para esta reconstrução histórica nos baseamos nas seguintes Obras FAUSTO, Boris. História do Brasil. e SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964)

<sup>9</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, em 1882. Formado em Direito, elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha entre os anos de 1923 e 1926. Foi ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Chefiou o movimento revolucionário de 1930, assumindo o Governo Provisório neste mesmo ano. Foi eleito Presidente da República em 1934 e em 1937 instaurou o Estado Novo e permaneceu no poder até a sua deposição em 29 de outubro de 1945. Em 1946 foi eleito senador e, disputou novas eleições presidenciais pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1950, vindo a se eleger neste ano. Suicidou-se com um tiro no coração em 24 de agosto de 1954. GETÚLIO Vargas. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

externa aplicada se voltou para a expansão das relações comerciais com a Alemanha Nazista, de forma a diversificar o comércio exterior. Segundo Boris Fausto “o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática, isto é, tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências”.<sup>10</sup>

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra (1939-1945), o Brasil, depois de um breve período em que defendeu posições neutralistas, optou por se unir aos Aliados (Estados Unidos, União Soviética e Grã Bretanha) após ter navios mercantes torpedeados por submarinos alemães. Todavia, as posições antagônicas assumidas pelo Brasil, no campo exterior a defesa da democracia, mas na esfera interna a sustentação de um governo autoritário, resultou em críticas cada vez mais ferozes ao Estado Novo. Com o final da Guerra, em 1945, o modelo do Estado Novo<sup>11</sup> e a permanência de Vargas no poder tornaram-se insustentáveis, em grande parte devido à política internacional.

Neste mesmo ano foram criados os três principais partidos que iriam ser destaque no cenário nacional até 1964: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Vargas foi deposto em 29 de Outubro, e as eleições para presidência da República foram realizadas em 02 de dezembro, tendo como vencedor o General Eurico Gaspar Dutra<sup>12</sup>, que iniciou uma nova política externa.

Dutra iniciou seu governo em 1946 tendo como cenário internacional o saldo político e econômico deixado pela Segunda Grande Guerra e o encaminhamento

---

<sup>10</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p.324.

<sup>11</sup> O Estado Novo foi implantado em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas, que divulgou Carta Constitucional em cadeia nacional que continha a base do novo regime. Na carta foi declarado o Estado de emergência do país, que suspendia as liberdades civis. O congresso nacional também foi dissolvido e o presidente passou a governar por meio de decretos leis. O novo regime teve como características principais o autoritarismo, a centralização do poder, o nacionalismo e o incentivo ao desenvolvimento da indústria nacional. FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p. 311-331.

<sup>12</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 1883. Militar, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Em 1922, concluiu o curso da Escola do Estado-Maior. Aproximou-se do governo Vargas a partir de 1932, quando teve importante participação no combate ao movimento constitucionalista desencadeado contra o governo federal, em São Paulo. Pouco tempo depois, atingiu o generalato e, entre 1933 e 1934, presidiu o Clube Militar. Em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra e permaneceu no cargo durante todo o período do Estado Novo. Foi empossado Presidente da República em janeiro de 1946. Mesmo após sua saída da presidência, manteve grande influência junto à cúpula militar e lideranças civis. Com o estabelecimento do regime militar, em 1964, seu nome chegou a ser cogitado para ocupar novamente a presidência. Prestigiado pelos militares, fez parte do diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. Morreu no Rio de Janeiro, em 1974. EURICO Gaspar Dutra. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

dos países do globo para uma nova divisão entre duas grandes potências, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Brasil se considerava parceiro especial dos Estados Unidos, devido às relações de cooperação estabelecidas entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial. Almejava então, um tratamento especial e ajuda econômica, para proporcionar o desenvolvimento nacional. Na esfera da política internacional, o governo Dutra, de caráter conservador, adotou uma política “americanista”, isto é de alinhamento automático as decisões norte americanas internacionais. Para Clodoaldo Bueno:

um dos marcos do alinhamento o Brasil e da América Latina ao bloco de poder liderado pelos Estados Unidos, no contexto da guerra fria, foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). [...] O TIAR integrava sistema interamericano ao sistema mundial e previa mecanismos de manutenção da paz e segurança do hemisfério. [...] De qualquer modo, a América Latina enquadrava-se na geopolítica norte-americana sem barganhar uma decisão desse alcance.<sup>13</sup>

Esta política de alinhamento automático às decisões estadunidenses ficou clara nas conferências das Nações Unidas. A recomendação dada pelo governo a delegação brasileira era que votasse todas as questões apresentadas de acordo com o voto dos Estados Unidos.<sup>14</sup>

Apesar da política econômica liberal adotada, com a liberação inclusive do câmbio, o país enfrentava uma grave crise no balanço de pagamentos. Conforme Pedro Sampaio Malan:

o problema fundamental para o balanço de pagamentos brasileiro não só em 1946, como nos dez anos que se seguiram, era a questão da

---

<sup>13</sup> BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz, \_\_\_\_\_. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 249.

<sup>14</sup> MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: mudança na natureza das relações Brasil - Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012, p. 185.

inconvertibilidade das moedas de países que absorviam cerca de metade das exportações brasileiras. O significativo superávit de 1946, por exemplo, se deveu praticamente ao comércio com moedas de áreas de moeda inconvertível.<sup>15</sup>

O desequilíbrio da balança de pagamentos aumentou a crise econômica nacional e a inflação. Apesar dos apelos por auxílio na recuperação econômica, o Brasil não recebeu a esperada ajuda financeira dos Estados Unidos. A decepção com o tratamento recebido refletiu em vários setores, entre eles o dos militares que defendiam cada vez mais princípios nacionalistas. Apenas em 1948 o governo de Harry S. Truman (1885-1982), presidente dos Estados Unidos entre 1945 a 1953, encaminhou ao Brasil uma missão econômica com intuito de avaliar os problemas brasileiros e apontar soluções. A missão Abbink<sup>16</sup> trabalhou em conjunto com profissionais brasileiros, mas de concreto apresentou apenas sugestões de melhoria da gestão econômica e recomendações quanto à participação do capital estrangeiro no país.

## 1.2. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O NOVO CENÁRIO NACIONAL DE 1950 A 1960

Em meio ao cenário econômico desfavorável do governo Dutra, o retorno de Getúlio Vargas à presidência do País começou a ser arquitetado pelos seus aliados e culminou com sua vitória na eleição para Presidente da República em 1950 pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, que ajudou a fundar em 1945, após vencer os candidatos apresentados pela União Democrática Nacional e pelo Partido Social Democrata.

O início do seu mandato foi marcado pelo extenso debate interno a respeito do qual deveria ser o posicionamento brasileiro perante o cenário internacional. Duas correntes opostas se destacaram, os “entreguistas” e os “nacionalistas”. Os entreguistas defendiam a abertura da economia nacional estrangeiro sem interferência governamental. Já os nacionalistas eram contrários a uma política

---

<sup>15</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: PERUCCI... [et al]. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 65.

<sup>16</sup> Instalada em 1948 comissão mista Brasil-Estados Unidos que tinha como objetivo analisar a situação econômica do Brasil e apresentar sugestões visando o desenvolvimento do país. BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz, \_\_\_\_\_. *op. cit.*, p. 248.



internacional que causasse dependência brasileira a um determinado país e defendiam que os lucros gerados pela indústria nacional fossem reinvestidos no país, o que, no caso de investimento estrangeiro não ocorreria, já que a maioria da remessa de lucros seria remetida ao exterior.<sup>17</sup>

O cenário econômico herdado, com grave desequilíbrio das contas, a balança comercial desfavorável, e a dependência do governo brasileiro frente aos Estados Unidos devido ainda ao principal produto exportado ser o café fez com que Vargas procurasse soluções que possibilitassem ao país sair da crise e acelerar o desenvolvimento industrial, afim de que o país se tornasse economicamente menos dependente das importações. Uma das medidas tomadas foi à tentativa de explorar novos mercados, sobretudo na Europa. O Brasil procurou novamente a ajuda dos estadunidenses com vistas a obter financiamentos para a política nacional desenvolvimentista que objetivava o crescimento das indústrias, mas, conforme já visto no governo Dutra, nem o Brasil nem a América Latina eram prioridades na agenda norte americana.

A eleição de Dwight D. Eisenhower (1890-1969), presidente dos Estados Unidos entre 1953 a 1961, reforçou a política adotada por Truman. Segundo Fausto:

além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses países e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infra estrutura e para cobrir os déficits do balanço de pagamentos encolheram sensivelmente.<sup>18</sup>

Mesmo assim, em 19 de dezembro de 1950, ainda no final do governo Dutra, foi criada a comissão mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento econômico, resultado do acordo entre estes dois países. Esta comissão funcionou até 1953. Foram aprovados 41 projetos sobretudo na área de transportes e energia, em contrapartida a ajuda americana, foi acordado o fornecimento de minerais estratégicos a eles.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> MANZUR, Tania Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, 2014, p. 178 - 179. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 nov 2016.

<sup>18</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p.351.

<sup>19</sup> BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz, \_\_\_\_\_. *op. cit.*, p. 251.

A guerra da Coréia (1950-1953) também contribuiu para o agravamento da balança de pagamentos brasileira. O temor de que esse novo conflito se transformasse em uma nova guerra mundial fez com que o governo relaxasse o controle sobre as importações, o que aumentou e muito a dívida externa brasileira, já que houve um aumento considerável das importações, sem que ocorresse o mesmo aumento das exportações de produtos nacionais.

Politicamente, o governo também sofreu desgastes em consequência desse conflito. Tanto os Estados Unidos quanto a ONU solicitaram a colaboração do Brasil para o envio de tropas para a Coreia. Essa solicitação recebeu muitas críticas internas, tantos dos militares quanto de setores civis da sociedade, o que levou o governo a decidir pela cooperação no conflito, a fim de poder continuar negociando a cooperação econômica estadunidense no desenvolvimento nacional, mas, sem encaminhar as tropas solicitadas.

Todavia, em 15 de março de 1952, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo de assistência militar recíproca. Os Estados Unidos forneceriam assistência técnica e econômica para o desenvolvimento da capacidade defensiva nacional e do continente americano, e, em contrapartida o Brasil se comprometia com a participação de operações consideradas importantes para a defesa do continente, além de fornecer materiais estratégicos necessários em cada situação.<sup>20</sup>

Esse acordo foi alvo de intensos debates no Congresso, sendo aprovado apenas em 1953 com o apoio da UDN. A Lei que criou a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) também foi outra questão intensamente debatida no Congresso Nacional e que contribuiu para o desgaste do governo Vargas. Originalmente, o projeto de Lei não assegurava o monopólio brasileiro dos derivados do petróleo. A corrente nacionalista acusou Vargas de não cumprir o que havia sido prometido na campanha presidencial, apesar das pressões, o projeto final aprovado assegurava o monopólio nacional absoluto do petróleo e representou uma vitória da corrente nacionalista. Entretanto, o esgotamento decorrente dos embates enfrentados pelo governo com essas questões, na qual ora Vargas apoiava os interesses entreguistas, ora os interesses nacionalistas, acabou por diminuir sua base de apoio como um todo, em vista das posições antagônicas assumidas.

---

<sup>20</sup> BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz, \_\_\_\_\_. *op. cit.*, p. 252.

Em meio a uma grave crise política e com uma posição política bastante deteriorada em agosto de 1954 Getúlio Vargas cometeu suicídio. Tanto a oposição quanto seus partidários e a sociedade brasileira em geral foram tomados pela surpresa da notícia. Ao contrário do que as forças oposicionistas esperavam, a população se manifestou violentamente em defesa do presidente morto, atacando alvos considerados “antigetulistas”.

A solução para a crise institucional que se instalou foi à posse do vice-presidente Café Filho<sup>21</sup> até a realização das próximas eleições em 1955. Essa situação de instabilidade política interna perdurou até a posse de Juscelino Kubitschek<sup>22</sup> em 1956. Como a vitória de Juscelino não foi obtida com a maioria absoluta dos votos criou-se uma campanha contra a sua posse promovida pela oposição, em especial a UDN e algumas lideranças militares. Foi necessário que o marechal Henrique Teixeira Lott (1894-1984), então Ministro da Guerra, aplicasse o que ficou conhecido como “golpe preventivo” garantindo então a posse do presidente eleito.

Juscelino Kubitschek evidenciava um perfil desenvolvimentista desde quando havia sido prefeito de Belo Horizonte. Durante a campanha presidencial

---

<sup>21</sup> João Café Filho nasceu em Natal (RN) em 03 de fevereiro de 1899. Iniciou carreira no jornalismo em 1921. Fundou em 1933 o Partido Social Nacionista (PSN) do Rio Grande do Norte. Foi eleito deputado federal em 1935. Em 1945 foi eleito para uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte pelo partido Republicano Progressista (PRP) e, em 1950 assumiu a vice presidência do Brasil, além de se reeleger deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Após o suicídio de Getúlio Vargas assumiu a presidência do país em 1954. No final de novembro de 1955 foi internado com problemas de saúde e após grande movimentação política foi impedido de retornar ao cargo até a posse do novo presidente eleito - Juscelino Kubitschek, no início do ano de 1956. Em 1961 foi nomeado pelo governador Carlos Lacerda Ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, onde permaneceu até aposentar-se em 1969. Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1970. JOÃO Café Filho. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

<sup>22</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina no dia 12 de setembro de 1902. Formou-se em medicina em 1927. Exerceu cargo de Chefe do Gabinete Civil do Interventor Benedito Valadares em 1933. Filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais (PP) em 1934, sendo eleito para o cargo de Deputado Estadual em 1935. Após a Instauração do Estado Novo, perdeu o cargo e voltou a exercer a função chefe do Serviço de Urologia do Hospital Militar em Belo Horizonte. Em 1940 foi convidado por Benedito Valadares para o cargo de prefeito de Belo Horizonte. Em 1945 ajudou a constituir o Partido Social Democrático (PSD). Foi eleito governador de Minas Gerais em 1950 e Presidente da República em 1955. Eleito senador pelo Estado de Goiás em 04 de junho de 1961 teve seu mandato cassado logo após o golpe civil militar de março de 1964. Decidiu exilar-se nesse mesmo ano. Retornou ao Brasil em definitivo no ano de 1967. Participou da organização da Frente Ampla mas a extinção desta e o agravamento da crise política em curso no país em 1968 o levaram a afastar-se em definitivo da política até a sua morte em 22 de agosto de 1976, vítima de um desastre de automóvel. JUSCELINO Kubitschek. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

frisava o objetivo de acelerar o desenvolvimento nacional a partir do desenvolvimento do país nos setores de energia elétrica e transporte.<sup>23</sup>

Ao seu perfil desenvolvimentista também somava-se o seu caráter nacionalista. Como destaca Vania Maria Lousada Moreira:

esse lado do presidente e de sua administração expressava-se também por meio de uma linguagem específica, defensora do desenvolvimento nacional, dos interesses nacionais, das forças nacionais, da integração nacional, etc. Mas foi sobretudo a aliança política que JK estabeleceu com partes significativas do chamado movimento nacionalista que garantiu a sua plataforma política o epíteto de “nacionalista”.<sup>24</sup>

Buscando o crescimento nacional, o governo lançou um plano de trabalho que ficou conhecido como “Plano de Metas”. Composto por 31 metas, distribuídas em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, objetivava a superação de obstáculos estruturais ao desenvolvimento econômico, com aponta Ricardo Fonseca Rabelo:

o “Programa de Metas”, nome oficial da política econômica de JK, partia de um diagnóstico sobre os “pontos de estrangulamento” da economia nacional situados em três setores básicos: infra-estrutura, indústria de bens intermediários e indústria de bens de equipamentos. O Plano não se preocupa especialmente com a agropecuária, nem define metas com relação à distribuição espacial ou pessoal da renda. Vai ser apenas no período final do governo é que se decide pela criação da Sudene.<sup>25</sup>

A preocupação com o desenvolvimento não era nova, sendo esta meta perseguida também nos governos anteriores. A necessidade de investimentos do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos para efetivação de obras de infraestrutura não só para o Brasil, mas também para outros países da América Latina, já havia sido exposta pelo Brasil antes mesmo de Juscelino, na IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em 1951, quando o governo brasileiro frisou além da solidariedade aos interesses

---

<sup>23</sup> MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge. (org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 159.

<sup>24</sup> MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. FERREIRA, Jorge. (org.). *op. cit.*, p. 161.

<sup>25</sup> RABELO, Ricardo Fonseca. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. *E & G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, dez. 2002/jul. 2003, p. 48. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br>>. Acesso em: 01 mar 2017.

militares da América a necessidade do fortalecimento das economias latino americanas para o alcance desses objetivos.

O governo buscou atrair o capital estrangeiro tanto público quanto privado, fundamental para promover a concretização do plano de metas, concedendo inclusive grandes facilidades para a entrada de capitais estrangeiros, além de estimular as exportações brasileiras, notadamente à do café, principal produto comercializado pelo Brasil.

Além disso, Juscelino Kubitschek lançou em 1958 a Operação Pan Americana (OPA), que procurava promover uma revisão das relações interamericanas. Ela teve início pela troca de cartas entre o presidente do Brasil e dos Estados Unidos, num momento em que o sentimento antiamericano estava exacerbado nos países latino americanos, fruto da deterioração das relações entre Estados Unidos e a América Latina. Esta relação já vinha se desgastando desde o lançamento do Plano Marshall e se aprofundou na administração de Eisenhower, que havia negligenciado a cooperação econômica tão necessária ao desenvolvimento das economias nacionais latino-americanas. De acordo com Leticia de Abreu Pinheiro:

a OPA fora lançada como uma proposta multilateral latino-americana que objetivava fomentar tal revisão, muito embora também pretendesse promover o Brasil internacionalmente colocando o país numa posição de liderança na América Latina. Na prática, a OPA visava estimular o aumento de aporte de recursos públicos norte-americanos para os projetos de desenvolvimento dos países latino americanos com base em uma nova interessante estratégia: invertendo a lógica da política externa norte-americana característica da Guerra Fria que percebia o comunismo como fonte de ameaça a estabilidade política dos países ocidentais, a OPA propugnava ser esta ameaça uma consequência dos problemas sociais cuja causa profunda residia no subdesenvolvimento e na miséria estes sim estímulos a proliferação do ideário comunista.<sup>26</sup>

De concreto a operação pan-americana promovida por Juscelino Kubitschek teve como resultado a criação por parte dos países latino americanos o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de contribuir para a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que objetivava ampliar e estabilizar a cooperação econômica entre seus membros, a saber Argentina, Chile, México, Paraguai, Perú, Uruguai, Bolívia e Brasil.

---

<sup>26</sup> PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 31-32.

Apesar da OPA, o Brasil não deixou de enfatizar o fortalecimento das relações bilaterais com os Estados Unidos. Buscou ainda no âmbito internacional defender a estabilidade do comércio de produtos primários, além reatar em 1959 as relações comerciais com a União Soviética, em busca de novos mercados para o café, resultado dos estoques excedentes e da necessidade de diversificação de mercados.

Não obstante a expansão industrial promovida pela política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitscheck, no final da década de 1950 o Brasil enfrentava uma crise econômica, em partes devido a dificuldades no comércio exterior, principalmente nas exportações de café, e em parte ao déficit nas finanças do governo.

Com o objetivo de controlar a crise econômica que vinha acompanhada do aumento da inflação, o governo lançou um programa de estabilização econômica em 1958. Este buscava conciliar o programa de metas do governo federal e a necessidade de combate a inflação e estabilização econômica. Thomas E. Skidmore observa que:

o programa foi dividido em duas fases: primeiro de outubro de 1958 ao final do ano de 1959, processar-se-ia uma “fase de transição e reajustamento” durante a qual o governo reduziria “drasticamente o ritmo de incrementos de preços” diminuindo, paralelamente, as distorções nos investimentos e melhorando os salários reais; segundo, a subsequente expansão dos meios de pagamento, tendo início em 1960, a partir da estabilidade de preço atingida, seria limitada estritamente ao montante necessário para cobrir o aumento do produto real.<sup>27</sup>

Além do plano de estabilização enfrentar várias críticas de diversos setores da sociedade, era necessária a aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI), já que tinha ligação com as contas externas do país. Depois de quase um ano de impasse nas negociações Juscelino Kubitscheck optou pela ruptura com o FMI e conseqüentemente o abandono do plano de estabilização. Esta atitude do governo teve apoio por grande parte dos partidos e setores da sociedade brasileira além de garantir a reputação pessoal de Juscelino Kubitscheck no meio político.

Sob o impacto dessas medidas e o cenário internacional a sucessão presidencial começou a ser discutida pelos partidos. O PSD lançou para presidente a candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, tendo como vice João Goulart

---

<sup>27</sup> SKIDMORE, Thomas . *op. cit.*, p. 217.

pelo PTB, repetindo assim a parceria entre os dois partidos que havia alcançado resultado favorável na eleição anterior.

Jânio Quadros<sup>28</sup> foi o candidato escolhido para concorrer a presidência pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e teve o apoio da UDN na sua candidatura a presidência, principalmente de um dos mais importantes expoentes do partido: Carlos Lacerda.<sup>29</sup> Jânio Quadros vinha de um mandato bem sucedido como governador do Estado de São Paulo e gozava no período de grande prestígio entre a população. Boris Fausto salienta que:

Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção.<sup>30</sup>

Desde o início da campanha constatou-se o favoritismo de Jânio tanto entre as classes mais abastadas, que esperavam a moralização política quanto pela classe média trabalhadora, o que se concretizou com a sua eleição, recebendo

---

<sup>28</sup> Jânio da Silva Quadros nasceu em Campo Grande em 25 de janeiro de 1917. Formado em direito e professor, concorreu ao cargo de vereador nas eleições de 1947 e embora derrotado pelo voto direto, acabou sendo conduzido ao cargo em 1948 devido a cassação da legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu trabalho como vereador foi decisivo para projetá-lo na vida política paulista. Foi eleito deputado estadual em 1950, prefeito da cidade de São Paulo em 1953 e governador do Estado de São Paulo em 1955. Em 1961 foi eleito presidente do Brasil, porém renunciou ao cargo em agosto do mesmo ano. Teve seus direitos políticos cassados em 1964 em consequência da instalação da ditadura civil-militar. Passou a participar da cena política de forma indireta e em 1980 com a organização de novos partidos políticos ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi eleito prefeito de São Paulo em 1985, último cargo político exercido por ele. Faleceu em 16 de fevereiro de 1992. JÂNIO Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>29</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1914. Iniciou carreira de jornalista em 1929. Participou da articulação da Aliança Libertadora Nacional (ANL) em 1935, chegando a ficar preso durante o governo de Getúlio Vargas. Rompeu com os comunistas em 1939. Em 1947 foi eleito vereador pelo Distrito Federal pela União Democrática Nacional (UDN). Jornalista de destaque, foi crítico ativo e veemente do governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Em 1959 foi partidário e articulador ao apoio do então candidato à presidência Jânio Quadros. Foi eleito em 1960 governador do recém criado Estado da Guanabara, assim como Jânio Quadros foi eleito presidente da República. Gradativamente se distanciou e retirou seu apoio então administração federal, devido a posições divergentes sobre diversos temas como a condução da política externa brasileira e passou a ser também crítico feroz do governo. Apoiou o golpe civil-militar em 1964, mas acabou se afastando do governo então vigente. Foi preso e teve seus direitos políticos suspensos no final de 1968. Em 1969 viajou para Europa e no seu retorno dedicou-se a atividades empresariais e editoriais. Faleceu em 21 de maio de 1977 no Rio de Janeiro. CARLOS Lacerda. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>30</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p.372.

admiráveis 48% dos votos válidos e garantiu a sua vitória. Como a eleição para vice-presidente na época era independente João Goulart<sup>31</sup> foi eleito.

### 1.3. O BRASIL DE 1961 E A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A posse de Jânio Quadros foi a primeira posse de um presidente na nova capital, Brasília. Logo ao assumir seu mandato, em 1961, o novo presidente fez duras críticas ao governo antecessor, dando especial enfoque a ineficiência governamental, reforçada pela corrupção que atingia vários setores e a ineficiente burocracia da máquina pública que dificultava o desenvolvimento do país, e a crise financeira.

O novo presidente fez um discurso pela “Voz do Brasil” no dia de sua posse e nele enfatizou primeiramente o déficit econômico herdado do governo anterior. No longo trecho do pronunciamento de Janio Quadros é transmitido a nação cifras, valores e o quadro de iminente fragilidade econômica por qual passava o país, legado, segundo ele, da má gestão anterior.

Destacou ainda seu pessimismo quanto a balança de pagamentos já desfavorável ao Brasil, ou seja, a crescente diferença entre os valores exportados e importados pelo país, sendo que as importações superavam em muito as exportações no final de 1960, esta diferença devido também a queda continua do preço das matérias primas no mercado internacional:

---

<sup>31</sup> João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 1º de março de 1919. Advogado, não quis exercer a profissão, regressando a cidade natal para se dedicar a atividades agropecuárias, assumindo em definitivo a responsabilidade pelos negócios da família com a morte do pai em 1943. Estreitou laços Getúlio Vargas a partir de 1945, que o adotou como afilhado político. Foi figura importante no Partido Trabalhista Brasileiro a partir de 1946 e elegeu-se neste mesmo ano deputado estadual. Em 1951 foi eleito deputado federal, porém, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, mas reassumiu o cargo em 1952. Foi nomeado Ministro do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas e exonerado do cargo em 1954. Em janeiro de 1956 foi empossado vice-presidente da República. Foi eleito novamente vice-presidente do governo de Janio Quadros, e, assumiu a presidência da república em 7 de setembro de 1961, após crise institucional decorrente da renúncia do então presidente. Teve seus direitos políticos cassados após o golpe civil-militar aplicado em 31 de março de 1964. Deixou o país desde então e apesar de participar da constituição da Frente Ampla em 1966 não mais retornou até sua morte em dezembro de 1976, em sua fazenda La Villa, no município argentino de Mercedes. JOÃO Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 mai. 2017.



encaro sem otimismo as perspectivas do balanço de pagamentos do país no futuro imediato. Os preços internacionais de quase todas as matérias-primas continuam baixando em virtude de a oferta tornar-se superior à procura.<sup>32</sup>

Destaque-se aqui a particularmente o café, ainda o principal produto comercializado pelo país no período, apesar dos investimentos no desenvolvimento da indústria brasileira por parte das administrações anteriores. No governo anterior o Brasil chegou mesmo a sediar a Conferência Internacional do Café, que contou com a presença do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), objetivando proteger o país das oscilações imprevisíveis no mercado internacional.<sup>33</sup>

A fim de mudar esse quadro econômico o governo anunciou no discurso de posse e lançou nos primeiros dias de seu governo um programa ortodoxo de combate à inflação, que tinha como objetivo a estabilização do país e envolvia a reforma cambial com a simplificação de taxas e a desvalorização do câmbio, a contenção de gastos públicos e o controle da expansão monetária.<sup>34</sup>

Além das medidas acima citadas nos meses subseqüentes Jânio procurou negociar com os credores externos a renegociação de dívidas e a concessão de um empréstimo. De acordo com Pedro Sampaio Malan as medidas austeras adotadas “impressionaram a comunidade internacional pela rapidez e determinação e foram suficientes para garantir o aplauso do FMI e o sucesso das negociações que visavam renegociar a dívida e contratar novos empréstimos externos”.<sup>35</sup>

O desenvolvimento e a saída da crise econômica em que estava mergulhado o país passavam obrigatoriamente também pela necessidade de conquista novos mercados internacionais, além do objetivo de se consolidar como uma nação de maior representatividade junto ao cenário internacional.

O novo ministro das relações exteriores Afonso Arinos de Melo Franco<sup>36</sup> reforçou em seu discurso de posse em 01 fevereiro de 1961 que a nova política

---

<sup>32</sup> QUADROS, Jânio; ap. FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente vol 1*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007. p. 23.

<sup>33</sup> BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz, \_\_\_\_\_. *op. cit.*, p. 267.

<sup>34</sup> FAUSTO, Boris. *op. cit.*, p.374.

<sup>35</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: PERUCCI... [et al]. *op. cit.*, p. 100.

<sup>36</sup> Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte em 1905, filho de uma tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas. Formou-se em Direito em 1927, colaborou em jornais, exerceu a advocacia. Após o rompimento de sua família com Vargas, fundou em 1934, junto com o irmão Virgílio, a *Folha de Minas*. Em 1936 tornou-se professor de história do Brasil da Universidade do

externa não era dirigida a privilegiar um bloco ou grupo específica e nem contrária a nenhuma nação. Salientou ele que:

é pensamento do presidente Jânio Quadros que o seu governo entre em relações diplomáticas e comerciais com todos os Estados do mundo, que manifestem desejo de conosco manterem intercâmbio pacífico, com o respeito da nossa organização jurídica e social. O espírito desta orientação é o de cooperar para a paz e, portanto, não pode nem deve ela ser interpretada ou dirigida contra ninguém. Estamos certos de contribuir, com esta conduta, para a causa da paz e da democracia no mundo.<sup>37</sup>

A mensagem presidencial enviada ao congresso em março desse mesmo ano reforçou o discurso do ministro das Relações Exteriores e esclareceu os objetivos do então governo quanto à política externa que seria empregada a partir de então: democracia, paz, desenvolvimento, soberania e justiça social. Na mensagem presidencial Jânio Quadros afirmou que:

o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia as aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, a paz e a segurança, ao respeito pelo homem porque homem, a justiça social, a igualdade das raças, a autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação. [...] A posição ideológica do Brasil é ocidental e não variará. O reconhecimento dessa verdade, porém, não exaure o conteúdo de nossa política exterior. O Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos. [...] O grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente o desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos.<sup>38</sup>

---

Distrito Federal. Nos anos seguintes, enquanto o país vivia sob a ditadura do Estado Novo, dedicou-se à vida acadêmica, ministrando cursos no Brasil e no exterior. Em janeiro de 1945 foi um dos redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN). Com a queda do Estado Novo em outubro, concorreu por seu estado, em dezembro, às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e obteve uma suplência. Ao abrir uma vaga na bancada mineira em janeiro de 1947, assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados. Sucessivamente reeleito, permaneceu na Câmara por muitos anos. Com a volta de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, passou mover intensa oposição ao governo. Em 1958, foi eleito para o Senado, agora representando o Distrito Federal, sempre na legenda da UDN. Em janeiro de 1961, com a posse de Jânio Quadros na presidência da República, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Partidário do golpe militar que depôs Goulart em 1964, foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Deixou a atividade parlamentar em 1967. Em 1986, após o término da ditadura militar, voltou à vida política, elegendo-se senador pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda do Partido da Frente Liberal. Em 1988, transferiu-se para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Morreu no Rio de Janeiro em 1990. AFONSO, Arinos. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>37</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello Franco; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *op. cit.*, p. 37.

<sup>38</sup> QUADROS, Jânio; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (org). *op. cit.*, p. 50.

Neste trecho da mensagem presidencial verifica-se que um dos principais objetivos do governo era o desenvolvimento econômico do País, sendo necessário, para isso, atuar de forma mais independente no cenário internacional sem atrelar as decisões do país a decisões automáticas de um grupo majoritário. Esta postura, segundo Leticia Pinheiro, não era uma exclusividade brasileira, mas reflexo das cisões e distensões dentro dos blocos (capitalista e socialista) que permitiam o questionamento do modelo então vigente “leste-oeste”.<sup>39</sup>

A nova política externa implementada argumentou que o novo foco das dificuldades mundiais de então deixou de ser o eixo leste-oeste (capitalismo x socialismo), mas, mais importante que isso, passava a ser o conflito Norte e Sul. Já que enquanto o primeiro enriquecia cada vez mais, o segundo só empobrecia, o que geraria então piores efeitos e conflitos do que a diferença ideológica. Uma justificação desta análise é localizada no discurso do ministro Afonso Arinos no banquete oferecido ao embaixador Americano Adlai Stevenson. Nesse pronunciamento ele observa que:

o mundo está dividido, sem dúvida, entre dois blocos: leste e oeste. Mas além desses grupos ideológicos, está também dividido em dois blocos: norte e sul, sendo a zona equatorial o limite entre o mundo da prosperidade e o da carência, para não dizer da miséria. Não devemos pensar só em termos de defesa contra o leste, mas também em termos de cooperação com o sul.<sup>40</sup>

Ao apresentar este argumento e defender uma postura independente no âmbito da política externa o governo objetivava a ampliação do mercado brasileiro. Segundo Tania Maria P. Manzur “Jânio procurava, com isso, projetar a liderança política do Brasil no hemisfério sul para, posteriormente, pleitear um tratamento privilegiado dos Estados Unidos”.<sup>41</sup> Já para Paulo Vizontini a origem dessa nova política externa estava fundada na necessidade do desenvolvimento brasileiro de forma autônoma aos Estados Unidos, já que as elites nacionais não estavam satisfeitas com a contribuição deste país pra a economia nacional.<sup>42</sup> Por isso mesmo, o país não deveria ficar imobilizado por amarras ideológicas, embora enfatizando seu caráter “ocidental e democrático” deveria buscar novos mercados,

---

<sup>39</sup> PINHEIRO, Leticia de Abreu. *op. cit.*, p. 33.

<sup>40</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello; ap. FRANCO, Alvaro da Costa (org). *op. cit.*, p.92.

<sup>41</sup> MANZUR, Tania Maria P. G. *op. cit.*, p. 185.

<sup>42</sup> VIZENTINI, Paulo G Fagundes. *op. cit.*, p. 146.

mesmo que isso quisesse dizer negociar com países tanto do bloco capitalista como do bloco socialista.

O governo também sinalizou a possibilidade de negociação com novos mercados como os países afro-asiáticos, muitas destas nações haviam recém adquirido a independência e partilhavam do status de país subdesenvolvido que necessitava de cooperação em busca do desenvolvimento econômico e cultural, almejando assumir um papel de destaque conforme o discurso de posse citado acima do Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos “O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grande potências ocidentais.”<sup>43</sup>

Além do interesse econômico nesses países o governo defendeu o princípio da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, desse modo afastando-se da defesa, pelo menos teórica, de uma posição favorável à manutenção do colonialismo no globo. Seguindo esta mesma linha de ação o Brasil reatou relações diplomáticas com Hungria, Romênia e Bulgária – países do bloco socialista no final de março de 1961, almejando a realização de novos negócios com países da Europa Oriental.

O governo de Jânio Quadros empenhou-se em consolidar sua posição de mediador de conflitos e protagonista regional quando defendeu a não intervenção no regime cubano<sup>44</sup> então em curso, alegando o direito da autodeterminação do povo cubano. O posicionamento assumido pelo governo brasileiro foi alvo de críticas tanto externas, principalmente por parte dos Estados Unidos, quanto internas, sendo o chanceler convocado para prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 28 de julho. A esse respeito Afonso Arinos assim defendeu a posição brasileira:

a posição inicial do Brasil é esta: temos o dever de respeitar, de pugnar, de defender e de cooperar na defesa da autodeterminação dos povos. Nisto temos o dever de cooperar com o princípio de não-intervenção. [...] Reagiremos, nos termos da nossa nota, de todas as formas que nos forem

---

<sup>43</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (org). *op. cit.*, p. 34.

<sup>44</sup> Em 1959 Fidel Castro comandou uma revolução com o objetivo de destituir do poder o ditador Fulgêncio Batista e fundar um novo governo. O governo recém instituído foi alvo de várias críticas principalmente por parte dos Estados Unidos que instituiu um embargo econômico a ilha. A simpatia de Fidel Castro pelos ideais socialistas e o isolamento econômico em que a ilha se encontrava aproximaram o regime cubano do bloco socialista. A instalação de um governo socialista/comunista na América Latina ocasionou uma crise na região, já que foi o primeiro país participante do bloco socialista no hemisfério. A proximidade geográfica de Cuba com os Estados Unidos preocupava particularmente os estadunidenses. SILVA, Alexandra de Mello. *Revolução Cubana*. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

possíveis, para respeitar a autodeterminação americana do povo de Cuba, defendendo-a das intervenções, quer da defesa de uma concepção superada do capitalismo, quer da defesa de uma concepção que considero igualmente superada do socialismo.<sup>45</sup>

Apesar da política externa brasileira ser alvo de duras críticas, o governo continuou a adotar medidas que visavam consolidar a uma postura internacional independente. Quanto a isso o presidente Jânio Quadros solicitou ao então Ministro das Relações Exteriores estudos para o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, mesmo sem efetivar este reatamento, e ainda enviou do vice-presidente, João Goulart a China em agosto, com vista à negociação de um acordo comercial entre os dois países.

Neste mesmo mês o Brasil participou de uma reunião extraordinária da OEA solicitada pelos Estados Unidos que lançou a Aliança para o Progresso, um programa que tinha por objetivo a assistência e o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Cuba estava representada por seu ministro da Indústria Ernesto Che Guevara (1928-1967) nesta reunião e este não subscreveu a Carta de Punta Del Este que oficializou o programa, apesar dos apelos brasileiros. Todavia, ao viajar para o Brasil logo após o final da reunião foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul por Jânio Quadros. A condecoração de uma autoridade cubana, com a mais alta distinção brasileira foi o estopim de uma série de atos e críticas ao governo vigente por parte de setores conservadores brasileiros, que temiam a aproximação do governo com os comunistas.

Jânio Quadros governava o país sem uma base política de apoio. A UDN que havia apoiado sua candidatura passara a lhe fazer oposição, principalmente por meio de Carlos Lacerda que fazia críticas ferozes a política externa adotada pelo governo. O partido queixava-se das decisões tomadas pelo presidente de forma unilateral, praticamente sem consultar as lideranças udenistas do congresso. Jânio Quadros tampouco articulou o apoio do PSD e PTB, partidos que formavam a maioria no Congresso Nacional. Além do mais, apesar das medidas econômicas austeras adotadas o país continuava enfrentando grave crise econômica.

Na noite de 24 de agosto Carlos Lacerda proferiu em transmissão de rádio violenta crítica a Jânio Quadros, o acusando de uma tentativa de golpe que teria sido organizada pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Segundo a denúncia,

---

<sup>45</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello; *ap.* In: FRANCO, Alvaro da Costa (org). *op. cit.*, p. 86,88.

o ministro teria convidado Carlos Lacerda a fazer parte do conluio, que tinha por objetivo fechar o Congresso e instaurar um golpe. O então ministro negou a acusação, porém no dia seguinte, 25 de agosto, Jânio Quadros renunciou a Presidência da República por meio de uma carta entregue ao Congresso Nacional.

Sua renúncia inesperada foi motivo de surpresa em todas as camadas da sociedade brasileira, inclusive para o vice-presidente João Goulart que ainda estava em viagem diplomática à China. Pela constituição a sucessão presidencial deveria ser passada ao vice-presidente, que assumiria então a Presidência da República. Todavia o país mergulhou em uma crise institucional, diante da recusa por parte de setores militares em aceitar João Goulart como presidente, pois temiam que através dele os comunistas chegassem ao poder.

O Presidente do Congresso assumiu interinamente a presidência do país, mas, foi formada uma junta de três ministros militares que imediatamente recomendaram o impedimento da posse de João Goulart, por meio de pressão política e censura dos meios de comunicação, ameaçando um golpe de Estado. Em meio à crise institucional que se instalou o Congresso Nacional aprovou uma solução conciliadora instituindo o parlamentarismo no país e iniciando um novo tipo de governo.

De posse dos dados analisados sobre os rumos da política externa brasileira a partir dos anos de 1930, foi possível observar como o Brasil passou a gradativamente articular uma nova forma de política que objetivava atender suas demandas internas, intercalando períodos de maior alinhamento com parceiros internacionais até a busca por uma independência e protagonismo, o que possibilitou no governo de Jânio Quadros a criação da política externa independente que foi sistematizada e aplicada por San Tiago Dantas e que será apresentada e discutida no segundo capítulo desta pesquisa monográfica.

## 2. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

### 2.1 A FIGURA DE SAN TIAGO DANTAS

San Tiago Dantas foi figura constante e expressiva no cenário político nacional e mais especificamente nos assuntos concernentes a política externa brasileira, muito antes de assumir a chancelaria em 1961. Por isso mesmo faz-se relevante conhecer a trajetória de sua vida a fim de compreender melhor as posições que defendeu a frente do Ministério das Relações Exteriores.

Nascido no Rio de Janeiro em 30 de Outubro de 1911 Francisco Clementino de San Tiago Dantas descendia de uma família de militares. Concluiu o curso secundário em Belo Horizonte, enquanto seu pai comandava a unidade naval de Pirapora(MG), e ingressou em 1928 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde participou ativamente do núcleo de Estudos e Revistas dentro do meio acadêmico, e, conforme observa Marcilio Marques Moreira, já se destacava por sua capacidade de análise acurada e pela facilidade de expressão.<sup>46</sup>

Em 1931 conheceu Plínio Salgado,<sup>47</sup> “passando a integrar o núcleo carioca do movimento da Legião Revolucionária, que defendia o aprofundamento do processo revolucionário, iniciado com a revolução de 1930”.<sup>48</sup> A sociedade de então, vivendo a crise política e econômica do pós 1929 passou a questionar os valores

---

<sup>46</sup> MOREIRA, Marcilio Marques. *Discursos parlamentares*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1985, p. 24. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em 24/05/2017.

<sup>47</sup> Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí(SP), em 1895. Jornalista iniciou sua atividade na imprensa em 1916. Em 1918 iniciou na política participando da fundação do Partido Municipalista, que reunia líderes de municípios do Vale do Paraíba. Em 1928 elegeu-se deputado estadual, em São Paulo pelo PRP. Após a revolução de 1930 passou a apoiar Getúlio Vargas e fundou, em 1931, o jornal a Razão que desenvolveu intensa campanha contrária a constitucionalização do país, sendo o jornal por isso alvo de retaliação. Em fevereiro de 1932, criou a Sociedade de Estudos Políticos (Sep), que reunia intelectuais simpáticos ao fascismo. Meses depois divulgou o Manifesto de Outubro, no qual apresentou as diretrizes básicas de uma nova agremiação política, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1937 lançou sua candidatura à eleição presidencial, porém, percebendo a intenção de Vargas de cancelar a eleição e continuar no poder, retirou a candidatura e apoiou o golpe objetivando se manter no poder o que não se concretizou. Foi preso em 1939 e voltou ao Brasil em 1945. Reformulou a doutrina integralista e fundou o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1958 elegeu-se deputado federal pelo Paraná, reelegendo-se em 1962, desta vez por São Paulo. Em 1964 foi um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Apoiou o golpe militar daquele ano e, com a extinção dos antigos partidos, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena). Por essa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara Federal, em 1966 e 1970. Morreu em São Paulo, em 1975. PLINIO Salgado. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>48</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a frente progressista*. Dissertação (mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2012, p. 22. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em 15 jan 2017.

liberais, o que proporcionou a ascensão de regimes autoritários não só no Brasil, mas em outras partes do globo como na Alemanha, com a ascensão do Nazismo e na Itália com a ascensão do fascismo. Nesse contexto, o movimento a que San Tiago Dantas se filiou, pode ser visto como uma resposta a esta nova configuração e questionamento mundial que se estendia no início de 1930.

Ainda no ano de 1931 passou a integrar como Redator chefe o jornal *A Razão*, que conforme Maurício Parada "tornou-se um dos principais veículos de comunicação propagadores do pensamento conservador e direitista, colaborando para a implementação das bases político-ideológicas do Integralismo".<sup>49</sup> Já formado em 1932 filiou-se a Ação Integralista Brasileira (AIB) que, de acordo com Christofolletti, tinha como lema máximo a tríade:

[...] Deus, Pátria e Família e suas proposições políticas assentavam-se em quatro pontos: a promoção, por meio de intensa propaganda, da elevação moral e cívica da população brasileira; a condenação da noção liberal de representação, substituída pela figura do chefe; um anticomunismo exacerbado e a implantação no Brasil do Estado Integral, meta política da AIB, concebido como um poder único e fortemente centralizado.<sup>50</sup>

San Tiago Dantas contribuiu para a divulgação das ideias integralistas no semanário "A Offensiva", além de ministrar cursos pelo departamento de doutrina da Guanabara chegando a concorrer, sem sucesso a uma cadeira na Câmara de Deputados por este partido.<sup>51</sup> Neste mesmo ano foi nomeado para a vaga de professor catedrático interino da Escola Nacional de Belas Artes, além de ter ocupado o cargo de Oficial de Gabinete no Ministério da Educação.

Após a implantação da ditadura do Estado Novo em 1937 Getúlio Vargas dissolveu a Ação Integralista Brasileira como havia feito com outros partidos. Apesar de o partido não mais existir oficialmente em meados de 1938, um pequeno grupo de integralistas, ajudado por militares não integralistas, mas contrários a Getúlio Vargas atacou o Palácio do Planalto, que ficava no Rio de Janeiro. O levante foi contido, mas forneceu a Getúlio Vargas o mesmo tipo de justificativa para infligir

---

<sup>49</sup> PARADA, Maurício. *Notas Políticas: o jornal A Razão e o jornalismo político de Plínio Salgado* In: *Anais V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo, Intercom, 2007. p. irreg. p, 03. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> Acesso em: 10 mai 2017.

<sup>50</sup> CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010, p. 31. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 15 jan 2017.

<sup>51</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca, *op. cit.*, p. 22.



uma severa repressão com prisões de vários integrantes, assim como tinha feito com os comunistas em 1935.<sup>52</sup>

Neste período as posições radicais assumidas pela Ação Integralista Brasileira impeliram San Tiago Dantas a se afastar gradativamente do movimento, e a se dedicar à carreira acadêmica, especializando-se em Direito Civil e exercendo a advocacia nos anos que se seguiram, assumindo também o cargo de Professor Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil em 1937 e Professor Visitante da Universidade de Montevidéu. Em 1938 assumiu duas cadeiras na Universidade do Brasil: uma na Faculdade de Ciências Econômicas e outra de Direito Civil da Faculdade de Direito. Em 1941, exerceu a direção da Faculdade Nacional de Filosofia, lecionando também na Faculdade de Direito de Paris.<sup>53</sup>

Em 1940 foi nomeado professor catedrático em Direito Romano na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu discurso de posse ressaltou que:

acresce que em todo desequilíbrio social extenso e profundo, causador de uma ação política ou de uma ação privada que as normas jurídicas não regulam, nós devemos ver um sinal de que o sistema de normas está exigindo revisão mais ou menos ampla, pois o Direito é a disciplina do equilíbrio social, e a sua excelência se mede pela exatidão com que modera e contrasta as forças em trabalho pela desagregação da sociedade. [...] O Direito Civil é, porém, o campo das aquisições lentas, das transformações aluvionais.<sup>54</sup>

É possível perceber nesse recorte que San Tiago Dantas defende uma visão mais moderada, que salienta a defesa do equilíbrio social, das mudanças sociais, mas de maneira gradual, o que contrasta e diferencia da postura da Ação Integralista Brasileira e indica uma incompatibilidade com essa corrente e justifica seu afastamento da AIB. Suas opções políticas também amadureceram em grande parte pautada pela sua especialidade, Direito Civil, recusando soluções radicais e defendendo soluções reformistas ao invés de revolucionárias.<sup>55</sup>

Embora independente a uma filiação partidária, assumiu uma série de funções de destaque no governo. Foi convidado a participar do Conselho Nacional

---

<sup>52</sup> SKIDMORE, Thomas. *op. cit.*, p. 53.

<sup>53</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca, *op. cit.*, p. 23.

<sup>54</sup> DANTAS, San Tiago. *Palavras de um Professor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence, 2001, p. 3 - 4. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>55</sup> MOREIRA, Marcilio Marques. *op. cit.*, p. 14. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

de Política Industrial e Comercial na missão Abbink, ainda durante o Estado Novo e, em 1943 representou o Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas no Panamá.

O final da Segunda Grande Guerra Mundial trouxe mudanças com a extinção das ideologias autoritárias que foram referência na década anterior. Nazismo e fascismo não mais se apresentavam como regimes que trariam a solução aos problemas mundiais. No Brasil, tinha fim o Estado Novo e seu regime autoritário e centralizador, e novamente os ideais democráticos e liberais despontavam como solução a muitos países do globo, influenciados e incentivados em parte pelo Estados Unidos que despontavam como a nova potência mundial do período liderando o bloco capitalista, enquanto de outra parte crescia a influência do comunismo liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

San Tiago Dantas continuou tendo ativa participação no cenário político brasileiro. Em 1949, já após o fim da primeira era Vargas, foi nomeado vice-presidente da refinaria de petróleo de Manguinhos. Já respeitado e conhecido na década de 1950 San Tiago Dantas foi escolhido para o cargo de Assessor Pessoal de Getúlio Vargas, participando da discussão do anteprojeto de criação da Petrobras que foi levado ao congresso em 1951, parte de um modelo econômico nacionalista adotado na sua gestão. Neste mesmo ano foi Delegado Brasileiro a IV Reunião de Consulta do Chanceleres Americanos, em Washington. Além disso, participou do projeto de criação da Rede Ferroviária Federal.<sup>56</sup> Foi também nesse período eleito membro permanente da Corte de Haia em 1952 e Jurisperito da ONU no Comitê sobre Obrigações Alimentares e Execução de Sentenças no Estrangeiro, em Genebra. Também durante a gestão de Getúlio Vargas foi Delegado do Brasil a III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em Buenos Aires em 1953, e em 1954 foi Conselheiro da Delegação Brasileira a IV Reunião do Conselho Interamericano Político e Social no Rio de Janeiro.

Entre os anos de 1951 a 1962 ele ministrou uma série de conferências na Escola Superior de Guerra em que os temas elencados abordavam os problemas de política tanto interna quanto externa nacional e internacional.<sup>57</sup> Em conferência proferida em 1953, discutindo o conceito de Poder Nacional, ele assim define “O

---

<sup>56</sup> SAN Tiago Dantas. In: ABREU, Alzira Alves de. *op. cit.* Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

<sup>57</sup> MOREIRA, Marcilio Marques. *op. cit.*, p. 14. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

Poder Nacional pode ser definido como sendo a soma dos meios de que dispõe o Estado Nacional com o fito de assegurar, na ordem internacional, o preenchimento de seus fins”.<sup>58</sup> Na mesma conferência ele defende que o preenchimento do fim de um Estado depende parcialmente dos atos internos do Estado e da sociedade que o compõe e parcialmente dos posicionamentos dos Outros Estados, já que não é possível que o determinado Estado Nacional se isole e dependa exclusivamente de si mesmo para alcançar seus objetivos, ou seja, os Estados estão desta forma continuamente se influenciando. Ele ainda salienta que:

na noção de Poder Nacional não se devem inserir, [...] todos os meios de que o Estado dispõe para atingir os seus fins. Ficam excluídos os meios de ação interna, e incluídos apenas os que se empregam na ordem externa ou internacional. [...] A noção de Poder Nacional está, por conseguinte, intimamente ligada à técnica das relações exteriores de um Estado. Isso não significa que instrumentos do Poder Nacional operem exclusivamente no campo da ação diplomática ou militar. Eles podem, pelo contrário, operar no campo da administração interna da vida econômica ou civil do país, integrando, não obstante, o Poder Nacional, pelas consequências mediatas das relações entre Estados. Os meios cuja soma constitui o Poder Nacional são, portanto, meios de ação interna ou de ação externa, conforme se exercem imediatamente sobre a vida interna do Estado ou sobre as suas relações com outros Estados. Em ambos os casos, o que os relaciona com o Poder Nacional são as suas repercussões exteriores, mediatas no primeiro caso e imediatas no segundo.<sup>59</sup>

Estes conceitos serão importantes balizas para as decisões que San Tiago defenderá futuramente nos cargos públicos que irá ocupar.<sup>60</sup>

Influenciado pelo trabalhismo inglês San Tiago Dantas se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro em 1955<sup>61</sup> pelo diretório de Minas Gerais. Esta filiação ocorreu em um momento importante para o partido que passava por uma crise identitária após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, já que havia perdido a figura que

---

<sup>58</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014, p. 115. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

<sup>59</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p. 115,116.

<sup>60</sup> Poderíamos nos perguntar se nesta argumentação de San Tiago existe uma eventual similaridade com os postulados teóricos da concepção gramsciana das relações internacionais utilizada para embasar estes trabalho. No campo internacional o Estado procura atuar de forma a garantir a conquista de metas internas e sua expansão, porém isto não é alcançado de forma isolada, o maior ou menor grau de sucesso deste Estado depende do grau de influência e da posição que ocupe no cenário internacional. Quanto menor a hegemonia interna por parte das classes dominantes, menor será a sua capacidade de expansão internacional, conseqüentemente este Estado estará mais sujeito a influência exterior.

<sup>61</sup> ONOFRE, Gabriel da Fonseca, *op. cit.*, p. 54.

personificava o partido.<sup>62</sup> Era necessário que o partido se reorganizasse, para oferecer a população uma alternativa de orientação trabalhista que incorporasse toda a influência que Getúlio Vargas havia acumulado enquanto estive a frente do partido, conseqüentemente traduzindo em votos esse prestígio.

A filiação de San Tiago Dantas efetivou-se com o apoio de João Goulart, pois já havia sido rejeitado no PTB do Distrito Federal. Apesar da desconfiança de alguns setores mais à esquerda do partido devido ao seu notável prestígio como empresário, advogado e intelectual, sua entrada contribuiu para a reformulação de suas bases teóricas, o que aproximou o corpo doutrinário do partido da base janguista.

O historiador Gabriel da Fonseca Onofre salienta que San Tiago Dantas buscou se apresentar como um continuador do pensamento político de Alberto Pasqualini (1901-1960), um dos principais intelectuais do partido, então afastado devido a um derrame cerebral sofrido em 1956. Pasqualini, também foi influenciado pelos trabalhistas ingleses, mas inspirava-se pela doutrina social cristã. Por isso mesmo, alegava que o socialismo não era o regime a ser buscado na realidade nacional e ressaltava a importância da propriedade privada para o desenvolvimento econômico, porém o capitalismo não deveria servir apenas para o lucro sem ter utilidade social. Baseado nessa idéias San Tiago Dantas introduziu uma característica fundamental de sua política que foi a importância da estabilidade das instituições democráticas para a execução de qualquer projeto de renovação social.<sup>63</sup>

San Tiago Dantas defendia a paz, a democracia e diminuição das desigualdades:

---

<sup>62</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes “O PTB organiza-se como partido político em maio de 1945, apenas um mês após a criação da UDN e do PSD.[...]Enquanto partido, o PTB estava assentado nos sindicatos. Por orientação do próprio Vargas, os organizadores do PTB deram prioridade a esse tipo de quadros, com o intuito claro de dar ao partido um cunho eminentemente sindicalista. [...] Ou seja, o PTB surgiu como um partido que tinha por função canalizar os esforços investidos pelo Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores e, nestes termos, pode-se dizer que ele foi razoavelmente bem sucedido.” Por ter sido criado ainda durante o Estado Novo o partido tem aí o aval do então governo representado na figura de Getúlio Vargas, que representava o partido perante a sociedade brasileira. Nesse sentido, a morte de Getúlio Vargas criou um vácuo de representação e orientação no partido. GOMES, Ângela de Castro. Uma breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, p. 1 - 5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>63</sup> ONOFRE. Gabriel da Fonseca. San Tiago Dantas: o teórico do trabalhismo. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, ANPUH, 2012, p. irreg., p. 8. Disponível em <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/>> Acesso em: 01 abril 2017.

se quisermos salvar, no mundo de hoje, as instituições democráticas, em primeiro lugar, devemos preservar a paz; mas, em segundo lugar, e de modo igualmente imperativo, o que devemos é obter, no plano internacional e no plano interno, a abolição, tão pronta quanto possível, das tremendas desigualdades econômicas que ainda se abatem sobre os povos e que, se tiverem de perdurar nas condições em que hoje se apresentam, não tornarão apenas difícil, mas impossível, a subsistência das características do regime democrático no mundo moderno. Salvar a democracia é eliminar as desigualdades.<sup>64</sup>

Foi eleito deputado federal logo nas eleições de 1958, se destacando como figura estratégica dentro do partido. Em 1957 adquiriu o “Jornal do Comercio”, passando a utilizá-lo como veículo de apoio à política desenvolvida por Juscelino Kubitschek, seu amigo pessoal.

Mesmo antes de assumir a chancelaria, já estava estreitamente envolvido com a temática da política internacional. Importante salientar que para San Tiago Dantas a política externa só era considerada satisfatória quando atendia as aspirações e objetivos internos do Estado, mas que esses posicionamentos não são assumidos pelo Estado de forma unilateral no cenário mundial, mas sim nas relações do Estado com outros Estados Nacionais.<sup>65</sup> Esta compreensão o fez ser designado para várias missões internacionais, em 1959 chefiou a delegação brasileira que participou da V reunião de consultas dos Ministros das Relações dos Estados Americanos, no Chile, cujo resultado foi a Declaração de Santiago. Podemos identificar uma constante preocupação de San Tiago Dantas com as questões de Relações Exteriores e sua relação com a política interna.

Foi também um dos maiores incentivadores da criação da nova capital - Brasília. A época vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados apresentou em 22 de fevereiro de 1960 um substitutivo que anexava vários outros projetos anteriores sobre a instalação do Estado da Guanabara, necessário devido à transferência do Distrito Federal para o novo município. Após três meses de intensos debates parlamentares, foi aprovada em 12 de abril de 1960

---

<sup>64</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de. *op. cit.*, p.71.

<sup>65</sup> A primeira coisa que cumpre salientar é que a política externa só pode ser considerada boa e legítima na medida em que ela se ajuste ao complexo das aspirações nacionais. [...] podemos dizer que formular uma política externa é, sobretudo, ou, talvez, exclusivamente, definir uma linha de comportamento para o país, em suas relações com os demais Estados, de tal maneira que essa linha dê o máximo de resposta possível às aspirações nacionais e atenda, desse modo, ao complexo dos interesses subjacentes a essas aspirações. DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p. 256,257.

a criação do Estado da Guanabara, em Lei que ficou conhecida como “Lei San Tiago Dantas”.

Nesse mesmo ano de 1960 ocorreram as eleições presidenciais que elegeram respectivamente Jânio Quadros para Presidente da República e João Goulart para a Vice Presidência. Entre outras medidas o governo de Jânio Quadros instituiu na esfera da política exterior a Política Externa Independente (PEI) que foi futuramente implementada por San Tiago Dantas. Alguns dias antes de renunciar ao cargo de presidente Jânio Quadros nomeou como embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) San Tiago Dantas, todavia, ele não chegou a assumir o cargo devido a renúncia Presidente três dias depois.

João Goulart foi informado por telefone pelos seus correligionários, e entre eles estava San Tiago Dantas, sobre a gravidade da crise que se instalara e foi aconselhado pelo político petebista a adiar a volta ao Brasil e agir com moderação política.

Em meio à crise política San Tiago Dantas e Afonso Arinos de Mello Franco redigiram uma emenda a Constituição que trazia como expediente o parlamentarismo:

Para redigir a emenda, nós nos reunimos numa sala no Senado, acho que na minha sala, na Comissão de Justiça – e a luz havia sido cortada. Tivemos que acender velas, Havia umas vinte ou trinta pessoas presentes. Há trechos escritos ora com a minha letra, ora com a letra do San Tiago. Aquilo foi sendo feito com todos dando palpites, até que tomou aquela forma. Não houve fala, tudo funcionou sem infringir a legislação existente.<sup>66</sup>

A proposta redigida as pressas não se assemelhava aos regimes parlamentaristas conhecidos em outras partes do mundo. O Presidente da República ainda poderia nomear os ministros do governo, ele mesmo indicaria o primeiro ministro e ainda poderia vetar projetos de lei, porém “todos os atos do presidente deviam ser referendados pelo primeiro ministro, o que na prática podia produzir dificuldades ou mesmo impasses para o funcionamento do governo”.<sup>67</sup>

Ao assumir o cargo de Presidente da República, após aceitar se submeter ao regime parlamentarista, João Goulart indicou para o cargo de primeiro ministro o

---

<sup>66</sup> Afonso Arinos de Mello Franco, Depoimento, CPDOC/FGV, 1982-3. In: FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pois fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. .

<sup>67</sup> FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. *op. cit.*, p. .

deputado Tancredo Neves (1910-1985), figura de destaque dentro do PSD e que tinha boa aceitação entre os partidos. Na formação de sua base de ministros nomeou San Tiago Dantas como novo Ministro das Relações Exteriores.

Por estar presente e profundamente envolvido no cenário da política brasileira no período, sua nomeação para o cargo foi aprovada pelo Congresso Nacional, tendo início assim uma nova fase da Política Externa Independente no Brasil.

## 2.2. SAN TIAGO DANTAS: O SISTEMATIZADOR DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

San Tiago Dantas tomou posse como novo Ministro da pasta de Relações Exteriores em 11 de setembro de 1961. Em seu discurso de posse na Câmara dos Deputados fez questão de indicar a crise institucional pelo qual o Brasil havia passado nos dias anteriores decorrentes da renúncia inesperada do então presidente Jânio Quadros, que teve como solução a adoção do modelo parlamentarista adaptado às necessidades brasileiras. Também frisou neste primeiro momento a intenção do governo de dar continuidade à Política Externa Independente iniciada durante o governo de Janio Quadros,<sup>68</sup> e identificou os pressupostos a serem alcançados na sua gestão:

se, de um lado, a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar, por todos os meios, o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições das democráticas em nosso país; de outro lado, cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos a nossa contribuição a levar à causa da paz,[...]. O nosso país[...] não pode deixar de ser cada vez o que tem sido, a saber: uma nação independente, uma nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais assumidos com a aprovação do congresso nacional, fiel à a grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – [...] em defesa da emancipação dos povos e abolição dos resíduos do colonialismo no mundo. Não podemos também, deixar de ser nação decididamente empenhada na preservação e na aplicação do princípio de não-intervenção dos povos. [...]. E aspiramos, como é natural, a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos, não só porque desse modo nos habilitamos melhor para levar a nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso país nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, [...] se temos de importar, temos que exportar e, por conseguinte,

<sup>68</sup> Para Tania Maria P G Manzur a política externa adotada “apontou para a continuidade em relação a Janio Quadros, especialmente no que tange aos fundamentos: universalismo, independentismo e desenvolvimentismo.”. MANZUR, Tania Maria. *op. cit.*, p. 187.

não podemos colocar limites às nossas necessidade de expansão comercial.<sup>69</sup>

Para San Tiago Dantas, como enunciado no discurso acima citado, o *objetivo nacional* tem que *assegurar* o desenvolvimento econômico e social do país, sendo ele, junto com outros *protagonistas da vida internacional* responsável por contribuir a *causa da paz*. Afirma que o Brasil é uma *nação independente*, fiel aos *princípios democráticos* e aos *compromissos internacionais* assumidos, buscando a defesa da *emancipação dos povos* e a defesa do fim do colonialismo ainda remanescente, conseqüentemente aspirando ao alargamento das relações e contatos com todos os povos do globo, respeitando o princípio da *não-intervenção* e atingindo o objetivo magno do desenvolvimento econômico pautado pela contribuição a manutenção da *grande obra da paz*. O ministro defende o equilíbrio da balança de pagamentos, afirmando que não se pode atribuir limites para a *expansão comercial*.

Constata-se nesse trecho do discurso de San Tiago Dantas os pontos capitais que ele buscou desenvolver. São eles: a preservação da paz, a não-intervenção e a autodeterminação dos povos, a emancipação de povos que ainda eram submetidos a regimes coloniais no mundo e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento econômico e social está em destaque como o primeiro ponto apontado no discurso de posse. Ora, a crise econômica, como já visto anteriormente castigava não só o Brasil, mas outros países da América Latina em 1961. A esse respeito para San Tiago Dantas em uma de suas conferências na Escola Superior de Guerra avaliava que o desequilíbrio econômico entre os países se tornava visível para a sociedade de então na medida em que havia uma aspiração pela situação de bem estar dos países desenvolvidos e um desejo pela obtenção de bens de consumo, aspirações estas que os países subdesenvolvidos não podiam assegurar devido ao diferente padrão de renda nacional, desta forma, esta discrepância resultava no aumento das tensões sociais nos países subdesenvolvidos.<sup>70</sup>

No caso particular brasileiro San Tiago Dantas observou que:

---

<sup>69</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (Org). *op. cit.*, p. 161-162.

<sup>70</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p.258,259.



a economia nacional, tal como se apresenta atualmente, não pode assegurar, a uma população com esse índice de crescimento, a manutenção sequer dos níveis de vida atuais, a menos que consigamos imprimir ao nosso desenvolvimento econômico, ao aumento do produto nacional bruto, da renda nacional do país, um ritmo ainda mais acelerado, um ritmo capaz de compensar, não apenas o crescimento numérico da população, mas, também, as solicitações agravadas pela sua redistribuição entre o campo e a cidade e pela participação cada vez maior da população nas atividades econômicas, por aquilo que se chama a ativização da população do país. Daí a necessidade imperativa do desenvolvimento.<sup>71</sup>

Com o propósito de atingir o objetivo do desenvolvimento econômico, de acordo com San Tiago Dantas, havia a necessidade de dilatar as possibilidades de negociação com todos os países do globo, o que significava para o período abrir o mercado para os países socialistas. Logo, não era favorável ao país naquele momento adotar uma política exterior alinhada automaticamente ao bloco capitalista, já que isso imporiam limites ao mercado brasileiro. O crescimento econômico consequentemente propiciaria as condições necessárias para o desenvolvimento social. Desta forma para que este objetivo fosse possível seria necessário que o este se processasse em todos os estratos sociais, e atingisse a todas regiões brasileiras, já que o desequilíbrio entre camadas sociais ou Estados traria o desequilíbrio para o crescimento econômico e social do país.

Afim de que esta melhora fosse possível se fazia necessário também que fosse consolidada a estabilidade política, o que fortaleceria a democracia do país e consequentemente se traduziria em desenvolvimento, deste modo, para San Tiago Dantas "Desenvolvemo-nos para garantir a unidade nacional, para assegurar a paz social e para assegurar a estabilidade política, ou melhor, para assegurar a estabilidade democrática do país."<sup>72</sup>

Portanto, o cumprimento deste objetivo estava intimamente ligado a outro ponto abordado em sua fala: a preservação da paz. O programa da política externa brasileira defendia a manutenção da paz mundial, o que para o período, de Guerra Fria, era de elevada importância. O cenário internacional belicoso, marcado pela polarização entre dois blocos e capitaneado por dois países de elevado poder bélico potencialmente capaz de dizimar a população mundial incitava a necessidade de mecanismos capazes de assegurar o potencial de solução pacífica dos conflitos.

---

<sup>71</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p.259.

<sup>72</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p.261.

Além disso, qualquer projeto de desenvolvimento nacional seria forçosamente afetado de forma irremediável em caso de um conflito mundial. Dai à necessidade de medidas que assegurassem a manutenção da paz e que envolvessem todos os países do globo.<sup>73</sup> O propósito da paz seria possível por meio da coexistência entre os Estados de diferentes ideologias e o progressivo e geral desarmamento das nações.<sup>74</sup>

Esta coexistência, segundo San Tiago Dantas, não significava para o mundo capitalista e socialista “nenhuma abdicação ideológica, nenhuma perda de confiança na superioridade de sua própria filosofia de vida ou tipo de organização. Ela é uma coexistência essencialmente competitiva”,<sup>75</sup> mas sim a possibilidade de colocar duas realidades diferentes não somente em contato, mas em competição evidenciando “cada um deles a influência inevitável dos modelos, das realizações e das experiências no outro”.<sup>76</sup>

Interessava ao Brasil a preservação da paz devido também a aspiração de alcançar um protagonismo internacional, agindo como um mediador em questões internacionais, obtendo uma maior visibilidade e importância do país que seriam benéficas a essa política desenvolvimentista. Alçar o país no cenário internacional adotando uma posição política independente permitiria que o Brasil tivesse uma maior liberdade para assumir as causas que lhe conviessem e que lhe atendessem aos seus interesses,<sup>77</sup> sem que posições assumidas contrárias ao seu parceiro tradicional – os Estados Unidos da América – fossem encaradas como uma “traição” ao bloco capitalista.

Nesse sentido a Política Externa adotada buscou afirmar-se em todas as conferências, visitas internacionais, reuniões e comunicados expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores. Seguindo com coerência essas premissas o Brasil reatou as relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas

---

<sup>73</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LEITE. Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *op. cit.*, p.261,262.

<sup>74</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *op. cit.*, p.10.

<sup>75</sup> *id. ibid.*, p. 11,12.

<sup>76</sup> *id. ibid.*, p. 12.

<sup>77</sup> No capítulo dedicado a Política Internacional no programa de Governo apresentado a Câmara dos Deputados o governo enfatiza a posição de independência a ser assumida frente as questões internacionais, essa posição independente "permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica de governo." DANTAS, San Tiago. *op. cit.*, p. 22.

Soviéticas(URSS) em novembro de 1961, reatamento este que teve grande repercussão nacional.

No governo de Juscelino Kubitschek o Brasil já havia reatado as relações comerciais com a URSS, mas ficou para os governos posteriores a análise do reatamento dos laços diplomáticos. O governo de Janio Quadros iniciou o processo aproximação entre os dois países, esse processo ficando inconcluso, devido à renúncia do então Presidente. Foi necessária a composição de um novo governo para que esse intento fosse materializado.

O Ministério das Relações Exteriores através do Programa de Governo apresentado no início do governo parlamentarista já havia sinalizado que “poderosas razões” favoreciam a regularização das relações comerciais e diplomáticas com os países constituintes do bloco socialista, devido à necessidade brasileira do incremento das importações e exportações, para proporcionar o desenvolvimento da economia nacional. Além disso, o Brasil defendia internacionalmente a eliminação obstáculos ou limitações nas relações entre todos os países membros da Organização das Nações Unidas.<sup>78</sup>

Este assunto também já havia sido abordado na primeira entrevista de San Tiago Dantas como Ministro em 11 de outubro de 1961, no qual respondeu quando questionado a respeito do reatamento de relações com a União Soviética que “o reatamento foi iniciado na administração passada [...] o andamento segue normal. [...]a nova administração não retardou nem acelerou [...] a negociação.”<sup>79</sup> Para Charles Sidarta Machado Domingos:

o ministro procura passar a impressão de normalidade no desenvolvimento do assunto. Procura [...] retirar o caráter de excepcionalidade da medida, para colocá-la na atividade regular do Ministério das Relações Exteriores. Ao não conferir uma data para a realização do reatamento, San Tiago Dantas impede um maior desenvolvimento do assunto por parte dos jornalistas, tentando com isso diminuir o aspecto de polêmica que a notícia pode causar.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *op. cit.*, p. 27,28.

<sup>79</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *op. cit.*, p.182.

<sup>80</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)*. p. 120. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 abril 2017.

Apesar de passar esta impressão de “normalidade” o assunto continuou a ser desenvolvido e San Tiago Dantas compareceu a Câmara dos Deputados em 23 de novembro de 1961 para esclarecer o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas efetivado naquele mesmo dia. Afim de justificar a posição brasileira destacamos alguns pontos importantes no pronunciamento de San Tiago Dantas:

[...] se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas. [...] Os Estados que hoje mantêm relações com a União Soviética sobem a 71; entre eles quase todas as democracias modernas. [...] A paz não se manterá se o preço que tivermos a pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiosincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exarcebação da intolerância e da incompreensão.<sup>81</sup>

Como enfatizado no discurso acima citado, o União Soviética se destacava no cenário internacional como detentora de *poderio econômico, militar e cultural* que reservava a este país papel relevante no cenário internacional, já que possuía *larga influência* sobre vários países do globo. O ministro destacou ainda que grande número de países democráticos mantinham relações com a União Soviética, e que a paz não seria garantida através de uma política de *isolamento*, sendo que o resultado do isolamento seria a *exarcebação da intolerância e da incompreensão*.

A necessidade de conter a crise brasileira e expandir mercados não foi esquecida e, foi utilizada como argumento no pronunciamento para a justificação do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil, ou seja, mais uma vez San Tiago Dantas reforçou um dos pilares da política externa independente então em curso: desenvolvimento econômico e social do Brasil, desenvolvimento social esse que teria na economia um de seus motores. O ministro procurou deixar claro em seu discurso que o reatamento das relações diplomáticas já estava sendo tratado no governo anterior e que para que este convênio se efetivasse foram atendidas algumas solicitações brasileiras, sendo elas a "limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários; [...] fixação de um

---

<sup>81</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *op. cit.*, p. 54-70.

número máximo; um sistema de retirada de pessoas toda vez que se faça necessário, sem [...] processo preliminar"<sup>82</sup>, todas as medidas foram definidas respeitando o regime de reciprocidade, com intuito de certificar-se que este reatamento assegurasse segurança ao regime democrático brasileiro.

Além disso, a ênfase<sup>83</sup> no discurso na necessidade de produção de mecanismos para a manutenção da paz mundial, e esta se faz, a partir do diálogo com todos os povos, mesmo aqueles que tivessem desenvolvido regimes antagônicos ao praticado pelo Brasil durante aquele período. Restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética poderia demonstrar no âmbito internacional uma maturidade e atitude de independência de resoluções dentro do bloco regional.

A paz mundial e o princípio de não-intervenção voltaram a ser defendidos mais uma vez na VIII Conferência de Punta Del Este no início do ano de 1962 que tratou sobre a questão da expulsão ou não de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), devido a adoção por este país do regime marxista-leninista. A discussão sobre qual posição a ser assumida pelo Brasil em relação a Cuba começou a ser discutida internamente muito antes da Conferência, já que, segundo Helio Franchini Neto, durante todo o ano de 1961, o governo norte americano e alguns países latinos americanos, buscaram convocar uma reunião de consulta para tratar a questão cubana, devido ao receio de vários países com relação aos rumos do Regime cubano e as aspirações declaradas já pelo governo cubano de expansão da Revolução para outros países da América Latina.<sup>84</sup> San Tiago Dantas em reunião da comissão de planejamento criada para esse fim ponderou que:

tenho insistido, entretanto, em que há uma pequena diferença entre o que temos procurado fazer e o que caracteriza a linha Jânio Quadros em relação a Cuba. Naquela linha, havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática - sendo que, algumas vezes evasiva - de se pronunciar sobre o caráter democrático do governo de Fidel Castro. Esse ponto foi considerado uma questão de fato. [...] Nossa ideia foi oposta. Começamos pelo reconhecimento sincero de que o regime cubano não era

---

<sup>82</sup> *id. ibid.*, p. 58.

<sup>83</sup> Podem ser consultados alguns documentos que reforçam esta posição de defesa da paz e das relações econômicas com os países do bloco socialista: o Programa de Governo: política internacional, apresentado a Câmara dos Deputados, a primeira entrevista concedida pelo ministro San Tiago Dantas em 11 de outubro de 1961, o discurso do Ministro San Tiago Dantas a Câmara dos Deputados sobre o reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

<sup>84</sup> NETO. Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.48, n. 2, 2005, p. 9. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

democrático. Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado.[...] O princípio da não intervenção e de respeito à autodeterminação ganharam novo vigor porque adquiriram caráter absoluto. Uma vez que deixou de ter influência sobre eles a questão de saber se o regime era socialista ou democrático.<sup>85</sup>

Como citado acima, o primeiro ponto que seria necessário deixar claro no pronunciamento brasileiro era a definição da posição do Brasil em relação ao caráter do regime cubano, algo, que para ele não havia ficado claro durante o governo de Janio Quadros. Esta definição era importante para que o Brasil pudesse apresentar seus argumentos sem levantar críticas ou dúvidas quanto ao caráter democrático de seu próprio regime. Ainda durante esta reunião San Tiago Dantas reconheceu que o quadro que se apresentava era muito delicado, já que de antemão sabia-se então que vários países já tinham rompido relações com Cuba antes mesmo da reunião de consulta que havia sido convocada com base no tratado do Rio de Janeiro.

De acordo com San Tiago Dantas, ao analisar a questão cubana era necessário ao avaliar o sistema interamericano distinguir "compromissos" e "aspirações", assim "todo o sistema tem-se desenvolvido no sentido de que há compromissos definidos em tratados e aspirações definidas em declarações".<sup>86</sup> Destarte os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos se enquadravam na categoria dos compromissos não apenas regionais mas no âmbito do direito internacional. Já a fidelidade ao regime democrático representativo encontrava-se incluída no âmbito das aspirações, desta forma como destaca Renato Petrocchi:

Com esta distinção, S. T. Dantas desejava demonstrar juridicamente a inadequação e, mesmo, o equívoco de se realizar qualquer tipo de punição contra o regime cubano uma vez que a fidelidade à democracia não se constituía, na história do sistema interamericano, em compromisso transformado em tratado de modo a fundamentar a aplicação de sanções contra este país. Do ponto de vista político, a perspectiva do isolamento de Cuba por intermédio das rupturas de relações era também, na percepção do chanceler, algo muito contraproducente.<sup>87</sup>

O Brasil se posicionou contra a expulsão de Cuba, expondo para isso uma série de argumentos em discurso pronunciado por San Tiago Dantas em 24 de

<sup>85</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *op. cit.*, p.222.

<sup>86</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; *ap.* LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de. *op. cit.*, p.194.

<sup>87</sup> PETROCHI, Renato. San Tiago Dantas: a política externa como instrumento de reforma social e de democracia. *Carta Internacional*, v. 10, n. 2, jul/dez 2015, p. 91. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br>>. Acesso em 10 mai 2017.

janeiro de 1962 na Comissão Geral. Além de não ser favorável a adoção de medidas militares, o San Tiago Dantas argumentou que:

[...]não somos favoráveis á imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado. Analisadas em seus efeitos políticos, elas nos parecem, na melhor hipótese, infrutíferas e, na pior, contraproducentes, pois as sanções econômicas privariam Cuba de um comércio de proporções diminutas, que em nada contribui para a manutenção da economia cubana. [...] Quanto ao rompimento de relações diplomáticas, seria medida de caráter puramente simbólico para tratamento de um problema, ao qual devemos dar solução efetiva, dentro do quadro da competição entre o Ocidente e o Oriente.<sup>88</sup>

Percebe-se em seu pronunciamento a crítica a *imposição de sanções econômica ou diplomáticas* a Cuba. A primeira por impedir um comércio que na época era irrelevante para a economia cubana, e que poderia ao contrário, fortalecer os laços cubanos com países do bloco socialista, e a segunda por não dar solução efetiva ao situação de Cuba frente ao hemisfério. Na defesa da posição brasileira, o chanceler alegou que a adoção dessas medidas só iriam isolar Cuba e produziriam o efeito contrário, ou seja, aproximariam a ilha de forma definitiva do bloco socialista, e que o objetivo deveria ser deixar um caminho aberto para o diálogo com Cuba e uma eventual reintegração do país a "órbita dos países livres".

Apesar de Cuba ter sido realmente suspensa do sistema interamericano, mesmo com a abstenção do Brasil e de outros países, na votação ela não sofreu maiores sanções naquele primeiro momento, o que para Helio Petrochi, representou um relativo êxito da política externa desenvolvida do então chanceler.

Para Helio Franchini Neto, "A posição brasileira em Punta del Este pode ser entendida,[...]como o resultado de um projeto de política externa traçado em razão das necessidades do país, dentro duma conjuntura internacional específica."<sup>89</sup>

Cabe, ainda, destacar na atuação de San Tiago Dantas a frente do Ministério das Relações Exteriores a atuação em dois importantes episódios que vem reforçar os objetivos da política externa independente desenvolvidos durante a sua gestão: a participação na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre o Desarmamento em Genebra em março de 1962 e o Pronunciamento brasileiro na frente a questão da independência de Angola. O Brasil já havia externado na política de governo seu

<sup>88</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *op. cit.*, p. 121.

<sup>89</sup> NETO. Helio Franchini. *op. cit.*, p.20.

apoio a política do desarmamento e a suspensão dos testes nucleares. Tal apoio se deu alinhado ao objetivo da preservação da paz mundial, com intuito de garantir uma convivência pacífica entre as nações independente de suas vinculações ideológicas. No prefácio de seu livro *Política Externa Independente*, San Tiago Dantas argumentou, relativamente a participação brasileira na conferência que:

a posição em que ali nos colocamos, desde os meus primeiros pronunciamentos, a que se seguiram os do Embaixador Afonso Arinos e os do Embaixador Araújo Castro, foi de cooperação ativa, para que as grandes potências nucleares se movimentassem no sentido do desarmamento progressivo e geral. Em vez de tomarmos, nos debates, mera posição de apoio as teses enunciadas por uma delas, procuramos sempre antecipar o rumo em que se delineavam possibilidades de evolução. Desse modo assumimos um papel inequívoco na política do desarmamento, passando a contribuir para que se abrevie a distância que nos separa de uma coexistência sem risco militar.<sup>90</sup>

Apesar, da conferência não ter tido como resultado imediato um acordo entre as potências mundiais, na avaliação de San Tiago Dantas o papel brasileiro foi de importância *inequívoca* frente a *política do desarmamento*, contribuindo *ativa* para que o entendimento entre as potências resultasse em um futuro de *coexistência* sem *riscos militares*.

O posicionamento brasileiro defendido na Organização das Nações Unidas (ONU) relativo a independência de Angola em janeiro de 1962, expressava um dos quatro pontos principais da política externa independente na gestão de San Tiago Dantas: a emancipação de povos que ainda eram submetidos a regimes coloniais no mundo. O programa de governo destacava que "a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação".<sup>91</sup> Em seu pronunciamento, o chefe da delegação brasileira Afonso Arinos destacou que a opinião do Brasil frente a questão da emancipação Angola era influenciada, por dois fatores, sendo um deles os laços históricos que ligavam o Brasil a Portugal e o

[...] segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de

<sup>90</sup> DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *op. cit.*, p.13.

<sup>91</sup> *id. ibid.*, p. 26.



que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.<sup>92</sup>

Desta forma o Brasil, defendeu uma solução pacífica para a questão da emancipação Angola, com vista a um desfecho benéfico tanto a Angola quanto a Portugal, mas sem deixar de frisar a necessidade do fim do colonialismo como mecanismo indispensável para o progresso da humanidade e a preservação da paz.

San Tiago Dantas deixou o cargo de Ministro das Relações Exteriores em junho de 1962 para concorrer a vaga de Primeiro Ministro, cargo que havia ficado vago com a saída de Tancredo Neves, mas não obteve vitória. No início de 1963 ele voltou a participar do governo de João Goulart, já agora no regime presidencialista, convidado a assumir o Ministério da Fazenda, cargo que exerceu por pouco tempo. Já bem doente, no início de 1964 mais uma vez assumiu a articulação política de uma Frente de apoio ao presidente João Goulart, A Frente Progressista, frente esta que não obteve sucesso em seu objetivo.

San Tiago Dantas faleceu aos 53 anos em 06 setembro de 1964 de câncer no pulmão.

---

<sup>92</sup> *id. ibid.*, p. 191.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho monográfico responder a seguinte questão: qual o papel de San Tiago Dantas como teórico da Política Externa Independente entre os anos de 1961-1962, anos esse em que esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

A fim de responder a esta indagação, identificou-se a necessidade de realizar uma reconstrução histórica do cenário político e econômico brasileiro, tendo em vista compreender o processo ao qual levou a formulação da Política Externa Independente. Deste modo, constatou-se que após a Revolução de 1930 o primeiro governo de Getúlio Vargas em suas diferentes fases procurou implantar medidas e ações que modificassem a estrutura do país, essencialmente agrária até então, para uma nação industrializada, através da modernização de suas diretrizes, tendo como baliza a busca pelo desenvolvimento da indústria nacional, a expansão de seu mercado exterior e o incremento da importância do país no cenário mundial, sem perder de vista a associação com seu tradicional parceiro: os Estados Unidos.

Constatou-se porém que com o final da Segunda Grande Guerra uma nova configuração de forças mundiais foi forjada, resultado da divisão do mundo em dois blocos de poder: o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Soviéticas e o que ficou conhecido como a Guerra Fria. O Brasil prontamente se posicionou a favor dos Estados Unidos, pois se considerava um parceiro tradicional e privilegiado e esperava obter vantagens com esta aliança, mas, apesar de manter uma linha de política externa que defendia o alinhamento automático de decisões defendidas pelos Estadunidenses, viu frustrada suas expectativas de auxílio econômico.

A situação econômica do país e o fortalecimento de posturas nacionalistas fizeram com que os governos posteriores lentamente adotassem procedimentos que priorizaram os interesses nacionais, embora, este “jogo de forças” de diferentes grupos dominantes fosse marcado por pontos de conflito. Estes conflitos se deram tanto no âmbito interno como no âmbito externo, já que o Brasil estava inserido dentro de um sistema internacional de poder, onde claramente ainda atuava como uma potência periférica, vinculado a interesses de potências hegemônicas centrais. Logo, esta busca pela independência e maior protagonismo no cenário internacional

deveria obrigatoriamente ser alcançada a partir de um cenário político interno equilibrado, isto é, havia a necessidade de conformar diferentes interesses de classes distintas para que o governo pudesse ter condições de atuar internacionalmente com mais liberdade.

O governo de Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan Americana (OPA) que tinha por finalidade, além de proporcionar ao Brasil uma posição de destaque e prestígio na configuração regional da América Latina, estimular a obtenção de recursos de instituições estadunidenses para o financiamento de obras de infraestrutura nacionais. Vale destacar que Juscelino Kubitschek utilizou como justificativa do lançamento da OPA que a verdadeira ameaça a introdução das ideias comunistas no continente estava vinculada à situação de subdesenvolvimento e desigualdade que ainda persistia nos países latino americanos, que careciam de investimentos e incentivos a fim de modernizar suas economias.

Jânio Quadros, durante sua curta gestão instituiu uma política externa que se pretendia "independente", recusando a vinculação com blocos ou grupos específicos e defendendo a paz, desenvolvimento, soberania e justiça social. Buscou assim conformar a necessidade de desenvolvimento do país, que passava por um período de grave crise econômica, com a aspiração de reservar ao Brasil papel mais relevante nas decisões internacionais. Jânio Quadros renunciou a Presidência da República após ter cumprido seis meses de seu mandato, sendo nomeado João Goulart o novo presidente, após breve crise institucional, do recém-instituído regime parlamentarista. Na composição deste novo governo foi escolhido para o cargo de Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas.

San Tiago Dantas esteve envolvido de maneira ativa com a temática da política internacional mesmo antes de assumir a chancelaria em 1961. Pôde-se constatar que suas ideias políticas passaram por um amadurecimento ao longo dos anos, esta mudança se evidenciou nas posições que defendeu e em seus discursos e conferências, assumindo ao final uma postura moderada e de caráter reformista ao tratar de temas relacionados à política nacional e internacional. Percebeu-se também que ele tinha aguda visão sobre o relacionamento interligado entre política interna e externa e entre Estados Nacionais. Para San Tiago Dantas a política externa de um determinado Estado apesar de ser concebida visando atingir o objetivo específico, objetivo este concebido a partir de relações entre grupos

internos, era continuamente influenciada pela sua relação com outros atores internacionais.

Com base no acima exposto avaliou-se que a política externa independente desenvolvida e ampliada por San Tiago Dantas durante o período que esteve à frente no Ministério das Relações Exteriores, foi o resultado de um processo, que buscou através de ações de destaque como o Reatamento das Relações com a URSS, estabelecer um projeto de desenvolvimento econômico e reforma social aliado a necessidade da reconfiguração do Brasil frente à geopolítica internacional, pretendendo assim atingir uma posição de protagonismo no cenário mundial.

Esta temática não se esgota de forma alguma com este trabalho, ficando em aberto inúmeras possibilidades para novas análises e interpretações.

## FONTES

LEITE, Amauri Pereira; MOREIRA, Marcilio Marques; VIANA, Gilberto de Souza (Org.). *Conferências de San Tiago Dantas na Escola Superior de Guerra (1951-1962)*. Rio de Janeiro: ESG, 2014. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DANTAS, San Tiago. *Palavras de um Professor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence, 2001, p. 3 - 4. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre a política externa*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente vol 1*. Rio de Janeiro: Centro de de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese (doutorado em em História, Política e Bens Culturais ) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 15 jan 2017.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)*. 214p. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 abr 2017.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pois fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 20 abr 2017.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: PERUCCI... [et al]. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 53-106.

MANZUR, Tania Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. *Lua Nova*, São Paulo, n. 93, p.169-199, 2014 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 20 nov 2016.

MOREIRA, Marcilio Marques. Discursos parlamentares. Brasília, Câmara dos Deputados, 1985, p. 24. Disponível em: <<http://www.santiagodantas.com.br>>. Acesso em 24/05/2017.

MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge. (org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-194.

MORTON, Adam David Morton. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p45-62, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 mar 2017.

MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil:1939-1950:mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. p. 185. Brasília: FUNAG, 2012.

NETO, Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.48, n. 2, pp. 129-151, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a frente progressista*. 156p. Dissertação (mestrado em História, Política e Bens Culturais ) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em 15 jan 2017.

\_\_\_\_\_. San Tiago Dantas: o teórico do trabalhismo. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, ANPUH, 2012, p. irreg. 10p. Disponível em <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org>> Acesso em: 01 abril 2017.

PANSARDI, MARCOS VINÍCIUS. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das relações internacionais. p. 83,84,85. *Crítica Marxista*, n 39, p. 77-93, 2017.

PARADA, Maurício. Notas Políticas: o jornal A Razão e o jornalismo político de Plínio Salgado In: Anais V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo, Intercom, 2007. p. irreg. 9p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> Acesso em: 10 mai. 2017.

PETROCHI, Renato. San Tiago Dantas: a política externa como instrumento de reforma social e de democracia. *Carta Internacional*, v. 10, n. 2, p. 81-96, jul/dez 2015. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

RABELO, Ricardo Fonseca. Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil. *E & G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p. 44-55, dez. 2002/jul. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VIZENTINI, Paulo G Fagundes. O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, Porto Alegre. v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>> Acesso em: 01 out. 2016.